

CPI DO CRIME ORGANIZADO COM O
RELATÓRIO DE ALESSANDRO VIEIRA, AS
COMISSÕES PARLAMENTARES ATINGEM
OUTRO PATAMAR DE DESMORALIZAÇÃO

INFLUENCERS FARDADOS SEM REGRAS,
AVANÇA O NÚMERO DE POLICIAIS QUE
USAM AS REDES PARA GANHAR DINHEIRO
OU FAZER PROSELITISMO POLÍTICO

CartaCapital

cartacapital.com.br

ANO XXXI Nº 1409

R\$ 31,90

22 DE ABRIL DE 2026



basset
editora

AO DEUS-DARÁ

APÓS ANOS DE GOVERNOS DESASTROSOS, SÓ UMA
FORÇA-TAREFA NACIONAL SALVA O RIO DE JANEIRO

DEIXAMOS NOSSA MARCA NA LUTA CONTRA A FOME. AGORA NOSSA LUTA GANHA UMA NOVA MARCA.

A fome não espera.

E a Ação da Cidadania também não.

Há 30 anos, somos um movimento que segue crescendo.

Agora, lançamos uma nova marca para mostrar essa evolução: a de uma ONG que nasceu com o prato vazio em denúncia à fome e hoje se tornou um amplo movimento ativista e transformador. A essência é a mesma, mas renovada para inspirar novas gerações e representar nossa luta por **um Brasil mais igual.**

PRA MUDAR O MUNDO TEM QUE TER AÇÃO



ines249

ACAODACIDADANIA

Faça parte desse movimento.
Conheça os nossos projetos:
acaodacidadania.org.br

6 A SEMANA

9 ALDO FORNAZIERI

Seu País

16 SEGURANÇA Governo afia o discurso de combate ao crime organizado

20 ESTUDO Policiais *influencers* surfam no vácuo regulatório

23 CLAUDIO COUTO

24 CIÊNCIA UFRJ apresenta solução para destravar a importação de insumos destinados à pesquisa

26 ENTREVISTA Márcia Lopes detalha ações do governo para fechar o cerco aos agressores de mulheres

Economia

28 GUERRA O Brasil está mais preparado para lidar com o choque do petróleo

32 AGRO Desmatadores perdem acesso a crédito

34 ADALBERTO VIVIANI

35 PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

36 FRANQUIAS Investidores devem redobrar a atenção aos termos dos contratos

38 ANÁLISE Os comandos e desmandos da IA

Nosso Mundo

40 HUNGRIA Restabelecer a democracia não será fácil, avalia ex-ministro

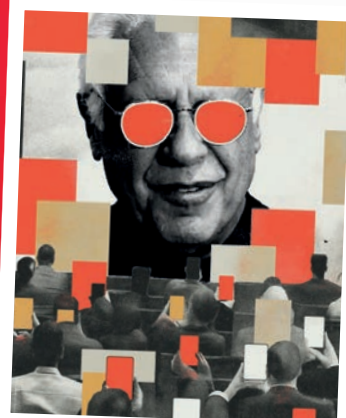
42 IRÃ O duplo bloqueio do Estreito de Ormuz

44 EUA Trump tenta dificultar o voto de imigrantes e pobres

46 PACTO GLOBAL O Brasil deveria apoiar metas mais ousadas para a redução dos plásticos

Capa: Pilar Velloso e Midjourney V7

A diatribe de Alessandro Vieira volta-se contra ele próprio. Pág. 16



Plural 48

ONDE ESTÁ O FOCO?

A DIFICULDADE DE PARTE DA PLATEIA DE MANTER-SE ATENTA AO PALCO OU À TELA INQUIETA ALGUNS ARTISTAS

52 MEMÓRIA A transcrição de um depoimento inédito de Brizola **54 ARTE** O diálogo estético entre Paula Rego e Adriana Varejão **55 SAÚDE** Por Elnara Negri **56 LIVRO** Uma obra-prima da literatura tcheca **57 AFONSINHO** **58 CHARGE** Por Venes Caitano

10 PIEDADE, SENHOR!
SEM AUXÍLIO EXTERNO, O RIO DE JANEIRO
DIFICILMENTE RESISTIRÁ À TORMENTA

basset

editoria

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar, CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

DIRETOR DE OPERAÇÃO E NEGÓCIOS: Adalberto Viviani

DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS: Mara Lúcia da Silva

NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos

GERENTE DE PROJETOS: Mariana de Mello

ANALISTA DE PROJETOS: Gabriela Gomes de Oliveira

GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene

AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo

CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdCase Gestão de Negócios

EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos,

Fábio André da Silva e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:

BSB/RJ: Hera Mídia - landra Siqueira, (61) 98322-9994 / (19) 99818-8958,

landrasiqueira@heramidia.com.br

BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 - Carlos Chetto,

(71) 9617-6800 / Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br

CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267,

agholanda@agholanda.com.br

MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com

OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Actual Consultoria S.S

Rua Amália de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 - SP/SP - CEP 05410-010

www.actual.sc, Telefone (11) 3871-0506

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP

DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)

ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: <http://Atendimento.CartaCapital.com.br>
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas - exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS



DEVO, NÃO NEGÓ



Enquanto o mercado financeiro praticar juros de agiota e as bets permanecerem livres para saquear o povo, não haverá solução para o Brasil. Para complicar o quadro, o dinheiro do butim é usado para eleger deputados e senadores e para comprar a mídia corporativa, garantindo que nenhuma lei que proteja o povo tenha a mínima chance de evoluir no Congresso.

Carlos Suffredini



O superendividamento das famílias é uma pedra no caminho das pretensões eleitorais de Lula. Quem tem dívida acredita que os juros altos praticados pelo Banco Central são responsabilidade exclusiva do governo. No entanto, se o presidente pressiona o BC para baixar os juros, a imprensa e os analistas do mercado financeiro fazem uma enorme gritaria. A redução dos spreads bancários são parte da solução, mas também é preciso propor uma política de renegociação de débitos com juros mais baixos e investir na educação financeira dos cidadãos, para que eles não voltem a se endividar.

Paulo Santos

O LADO DO JUIZ



André Mendonça sempre protege políticos da direita. Prova disso é a blindagem ao governador Ibaneis Rocha e a outros responsáveis por bilionários investimentos públicos em títulos piores do Banco Master.

Gislaine Castro

MORDAÇA SIONISTA



Já temos uma legislação antirracismo no Brasil e ela é reconhecida internacionalmente como exemplar. Qual o sentido de apresentar um projeto que protege um grupo mais que os outros?



O projeto proposto por Tabata Amaral é absurdo. Iremos, sim, continuar denunciando o genocídio do povo palestino e as barbaridades de Benjamin Netanyahu.

Joselma Figueiroa



O professor Bruno Huberman, ele próprio, já sofreu com essa tentativa de silenciamento. É muito importante a sua posição.

Camila Muchon de Melo



Tabata Amaral não é da esquerda moderada nem de centro. Ela sempre foi de direita mesmo. Acordemos!

Silvio Marcel



Pouco depois do 7 de outubro de 2023 vandalizaram a sinagoga dos meus avós com mensagens do Estado Islâmico (Isis) e o slogan "Free Palestine". Do que eu deveria chamar isso? Crítica legítima? Que tipo de proteção a lei atual oferece quando hostilizam judeus dessa forma sob o escudo do "antissionismo"?

Zmirah Merhav

OLHO GORDO



Nenhuma novidade. É apenas mais um descalabro do governo de Ratinho Júnior, dentre tantos outros, incluindo o escândalo na Sanepar, silenciado pela grande mídia.

Alex Reolon

EXPATRIAÇÃO AUDIOVISUAL



A coprodução com outros países é o futuro do cinema autoral e independente. É algo que sempre existiu, mas que está cada vez mais frequente.

Alex Gonçalves

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
• Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail redacao@cartacapital.com.br

A Semana

Futuro incerto

O Tribunal Superior Eleitoral adiou novamente a conclusão do julgamento que pode tornar o ex-governador de Roraima Antonio Denarium inelegível e cassar o mandato de Edilson Damião, seu sucessor. Ambos são acusados de abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022, com a distribuição irregular de cestas básicas e realização de reformas em casas de eleitores. O placar parcial está em 3 a 0 pela inelegibilidade de Denarium e 2 a 1 pela cassação de Damião, mas a sessão da terça-feira 14 foi suspensa após pedido de vista da ministra Estela Aranha. Dias antes, Denarium renunciou ao cargo para disputar o Senado, e Damião, então vice, assumiu o Palácio Hélio de Campos. Caso sejam condenados, será necessário eleger um governo-tampão no estado, a exemplo do que ocorrerá no Rio de Janeiro.

Justiça/ Um acerto, um erro

Preso pelo ICE nos EUA, Alexandre Ramage é liberado dois dias depois



O golpista ficou dois dias sob custódia da polícia migratória de Trump

Parecia um simples *remake* da tragicomédia estrelada por Carla Zambelli, mas resolveram inovar no roteiro. Na trama original, a ex-deputada, condenada a dez anos de prisão por invadir o sistema do Conselho Nacional de Justiça, fugiu para a Itália, onde se julgava “intocável” por possuir cidadania italiana e afinidade ideológica com o governo de Giorgia Meloni – até ver a extradição ser decretada pela Justiça local. Na atual, o protagonista é o colega Alexandre Ramage, foragido desde setembro de 2025 nos EUA, onde dizia sentir-se “protegido” na condição de “exilado”.

Condenado a 16 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado, o ex-chefe da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foi detido em uma prosaica abordagem de trânsito em Orlando, na Flórida. Com visto vencido, acabou sob custódia do ICE, a temida polícia migratória do governo Trump. Corria o risco de ser despachado de volta ao Brasil, mas, ao

contrário de Zambelli, contou com o empenho de aliados e logo ganhou a rua.

Desde o início, o influenciador bolsonarista Paulo Figueiredo, neto do ditador João Baptista Figueiredo, atuou como porta-voz, alegando que a detenção era meramente migratória, sem relação com o pedido de extradição protocolado pelas autoridades brasileiras. Sustentou também que houve um equívoco: “O *status* de Ramage é legal, ele possui um pedido de asilo pendente, protocolado há tempos e ainda sob análise, o que lhe permite permanecer legalmente nos EUA até a decisão final do caso”.

Nos bastidores, Eduardo Bolsonaro trabalhou pela liberação sem pagamento de fiança. Nas redes, celebrou: “Ramage solto e em casa! Agradeço principalmente ao presidente Donald Trump e ao secretário Marco Rubio pela sensibilidade em tratar do caso deste verdadeiro herói nacional, que mesmo perseguido não se abate”. A devoção é tamanha que o deputado cassado nem se preocupa em disfarçar a bajulação.

Câmara/ Discussão brecada

Após protestos de trabalhadores, o PL dos Aplicativos é retirado de pauta

Em meio a protestos de motoristas e entregadores de aplicativos em 23 capitais, o deputado Augusto Coutinho (Republicanos), relator do Projeto de Lei Complementar 152/2025, que regulamenta o trabalho plataformizado, decidiu retirar seu parecer da pauta de uma comissão especial da Câmara. O recuo foi oficializado na terça-feira 14, após um pedido

do novo ministro de Relações Institucionais, José Guimarães. Na avaliação do governo, a proposta afastou-se de seu objetivo original – proteger os trabalhadores – e passou a incorporar demandas das grandes plataformas.

Um dos principais pontos de conflito é o valor mínimo por corrida. O relatório previa 8,50 reais para entregas de até 4 quilômetros, abaixo dos 10 reais reivindicados pela categoria.

Outro aspecto criticado foi a ausência de garantias sobre o pagamento integral de pedidos agrupados em uma mesma rota. Para o governo e os trabalhadores, a remuneração prevista não reflete as condições desses profissionais, que usam veículo próprio e arcam com todos os custos.

O debate deve ficar para depois das eleições. Enquanto isso, o governo prioriza a votação do projeto que prevê o fim da escala 6x1. A proposta foi enviada ao Congresso na terça-feira 14 e tramitará em regime de urgência.



Motoristas e entregadores organizaram atos em 23 capitais do País

A mortadela bolsonarista

O Ministério Público de São Paulo abriu um inquérito civil para apurar o uso indevido de emendas parlamentares para financiar atos em favor do ex-presidente Jair Bolsonaro no ano passado. Na quinta-feira 9, o promotor Sílvio Marques pediu explicações da Secretaria Municipal de Turismo sobre as suspeitas de desvio de finalidade nos repasses, que somam 478 mil reais. O pedido de investigação partiu da vereadora Keit Lima, do PSOL. Os repasses, feitos a pedido do vereador bolsonarista Gilberto Nascimento (PL), custearam a estrutura de eventos realizados na Avenida Paulista em favor da anistia aos condenados pela tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022. As transferências foram reveladas pelo portal UOL.

Previdência/ LONGA ESPERA

GOVERNO TROCA CHEFE DO INSS COM 2,8 MILHÕES NA FILA DA APOSENTADORIA

O governo Lula anunciou, na segunda-feira 13, a demissão de Gilberto Waller Júnior da presidência do INSS e a nomeação da servidora de carreira Ana Cristina Viana Silveira para o cargo. A mudança foi oficializada pelo Ministério da Previdência Social (MPS), ao qual o instituto é vinculado. Waller Jr. havia assumido o comando em abril de 2025, em meio à crise provocada por investigações de descontos indevidos sobre

pensões e aposentadorias. Sua breve gestão ficou, porém, marcada pelo avanço da fila de beneficiários à espera de atendimento, que ultrapassou a marca recorde de 3 milhões em fevereiro, com um tímido recuo em março (2,8 milhões).

Há tempos, integrantes do governo manifestavam insatisfação com o desempenho de Waller Jr. À *Folha de S.Paulo*, o agora ex-presidente rebateu a crítica: “Se for a fila, quem teria

de ser exonerado não era ninguém do INSS. A maioria dos que aguardam há mais de 45 dias depende de perícia médica, de responsabilidade do ministério”. A nova titular assume com a missão de simplificar processos e acelerar a análise de benefícios. Servidora do instituto desde 2003, Silveira construiu carreira na área previdenciária e, até então, ocupava o cargo de secretária-executiva-adjunta do MPS.



Sai Waller Júnior, entra a servidora de carreira Ana Cristina Silveira

A Semana

Exemplo espanhol

O governo da Espanha logrou aprovar, na terça-feira 4, a regularização de cerca de 500 mil imigrantes, na contramão da tendência de endurecimento das leis na União Europeia. Para se legalizar, os estrangeiros precisam ter chegado ao país antes de 1º de janeiro deste ano, comprovar ao menos cinco meses de residência contínua e atender a requisitos de emprego, laços familiares ou vulnerabilidade. Em carta aberta à população, o primeiro-ministro, Pedro Sánchez, defendeu a medida. “Sabemos que a migração apresenta desafios. Seria irresponsável negá-los”, escreveu. “Mas também sabemos que a regularização é a melhor forma de lidar com muitos deles.”

Peru/ Cavalo paraguaio?

Keiko Fujimori vai pela quarta vez ao segundo turno

Atrasos no processo estenderam por um dia a votação no Peru. As urnas só foram fechadas na segunda-feira 13 e a apuração se prolongou ao longo da semana. O instituto Ipsos foi o único a captar, na boca de urna divulgada no domingo 12, a tendência consolidada na reta final da contagem. A ultradireitista Keiko Fujimori, herdeira do ditador Alberto Fujimori, condenado a 16 anos de prisão por crimes contra a humanidade e falecido em 2024, vai enfrentar o esquerdista Roberto Sánchez, ex-ministro do presidente Pedro Castillo, deposto e preso após uma tentativa de golpe de Estado. Pela quarta eleição consecutiva, Fujimori filha avança ao segundo turno. As três experiências anteriores foram dolorosas, de derrotas amargas, sinal de que os peruanos ainda têm vivos



A herdeira do ditador tenta, outra vez, assumir o comando do país

na memória os anos de chumbo e corrupção do pai da candidata. Sánchez superou os concorrentes direitistas, entre eles o ex-prefeito de Lima Rafael López Aliaga, por uma estreita margem e, principalmente, com os votos das regiões interioranas e empobrecidas do país. Com 35 candidatos na disputa, o eleitorado se dividiu. Keiko Fujimori alcançou perto de 17% dos votos e Sánchez, um pouco menos de 12%. Até o fechamento desta edição, na manhã da quinta-feira 16, a contenda não estava definida. O segundo turno está marcado para 7 de junho. Na última década, o Peru teve oito presidentes da República.



Jesus? Não, um médico da Cruz Vermelha, segundo Trump

Cruzada/ “CRISTO” CONTRA O PAPA

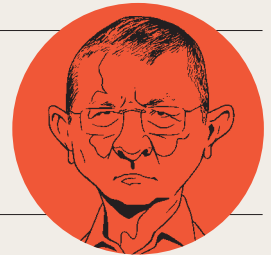
DONALD TRUMP ARRUMA UM NOVO INIMIGO: LEÃO XIV

Depois de compartilhar e apagar de sua rede social uma imagem na qual é retratado como Jesus Cristo, o presidente dos Estados Unidos manteve a guerra santa contra o papa Leão XIV, primeiro norte-americano, lembre-se, a comandar a Igreja Católica. Em entrevista ao jornal italiano *Corriere della Sera*, Trump voltou a fustigar o pontífice, crítico dos ataques ao Irã. “Ele não entende e não deveria estar falando sobre guerra, porque não tem ideia do que está acontecendo.” Na

sexta-feira 10, o papa havia se manifestado. “Deus não abençoa nenhum conflito”, escreveu no X. “Quem é discípulo de Cristo, príncipe da paz, nunca se coloca ao lado daqueles que ontem empunhavam a espada e hoje lançam bombas.” O comentário desencadeou a fúria do “Cristo dos memes”. Em uma resposta digna do tihoso, o republicano lançou as chamas do inferno. Disse que Leão XIV é “fraco no combate ao crime e péssimo em política externa” (???), e que “não quer” (como se

dependesse dele) um papa que “ache normal o Irã ter armas nucleares”. Na visão de Trump, a moderada, quase omissa, Sua Santidade não passa de um perigoso comunista. “Não estou com medo”, retrucou o papa.

P.S.: A péssima repercussão da imagem de Cristo levou Trump não só a apagá-la, mas também a inventar uma desculpa esfarrapada. O magnata disse que estava, na verdade, vestido de médico. Quantas ave-marias são necessárias para a remissão dos pecados?

ALDO FORNAZIERICientista político e autor
de *Liderança e Poder*

Guerra imoral

► **Mesmo com toda a inferioridade militar, a heroica resistência dos iranianos está impondo uma derrota política e moral aos EUA e Israel**

Sempre foi uma tarefa espinhosa estabelecer relações entre política, interesses de Estado, guerra e moralidade. Atribui-se a Maquiavel a formulação da autonomia da política em relação às normas morais. Já a guerra, como disse Clausewitz, é a continuação da política por outros meios. De todo modo, é certo que a moralidade da política e, por consequência, da guerra difere da moral do cidadão e do senso comum.

A conduta dos Estados modernos tem sido marcada por duas leis interdependentes: a lei da conservação e, dela derivada, a lei do conflito pela sobrevivência. Por isso, estudiosos afirmam ser ainda mais difícil estabelecer uma conexão entre moralidade e política internacional, já que esta frequentemente desliza para conflitos armados.

As guerras elevam a degradação dos seres humanos a seus piores extremos e pressionam ao máximo os limites da desumanização. Destroem, mutilam, despedaçam e matam, sobretudo inocentes: crianças, mulheres e idosos. Kant advertia que devemos sentir repugnância às guerras, pois elas matam menos seres malvados do que acabam por produzir.

Embora a capacidade de ferir, prejudicar e matar o outro seja inata aos seres humanos, também possuímos um senso moral que nos leva a sentir repugnância,

indignação, compaixão, piedade e solidariedade diante de atos injustos e violentos. Muitos animais também parecem ter algo semelhante. No entanto, como seres racionais, ao longo da história elevamos essas reações ao nível da consciência e as codificamos em direitos e leis.

A desumanidade e a brutalidade das duas guerras mundiais, especialmente da Segunda, com milhões de mortos, o Holocausto e as bombas atômicas no Japão, elevaram o nível de consciência da humanidade no sentido de estabelecer limites. Por isso, os países reunidos na ONU estabeleceram parâmetros morais, éticos, jurídicos e também religiosos para a condução das guerras, com base na Carta das Nações Unidas e no Direito Internacional Humanitário.

A Carta da ONU proíbe a ameaça e o uso da força nas relações internacionais, salvo em caso de legítima defesa, e estabelece a proteção de civis e da infraestrutura civil, além de restrições ao uso de armas e métodos de destruição. Também define regras de tratamento humanitário a feridos e prisioneiros. Somado ao Estatuto de Roma e às Convenções de Genebra, o documento compõe um conjunto de normas que tipifica crimes de guerra, como ataques a civis e à infraestrutura civil, a hospitais, genocídio e outras ações que violam a soberania e o direito internacional.

Israel e EUA cometeram todos esses crimes de guerra contra o Irã, e Tel-Aviv os cometeu também contra o Líbano. Os dois países já haviam sido cúmplices no genocídio da população de Gaza. Lá, as forças israelenses massacraram mulheres e crianças indiscriminadamente. E um bombardeio norte-americano matou de forma brutal 168 meninas entre 6 e 12

anos, em Minab, no Irã, logo nos primeiros dias da guerra.

Hoje há praticamente um consenso entre os analistas de que guerra contra o Irã é injusta, desnecessária, desumana e imoral. Sócios no crime, EUA e Israel traíram o governo iraniano quando este estava negociando uma solução pacífica. Netanyahu é um psicopata, desprovido de qualquer senso moral. Tem prazer em destruir e matar. Trump se move pela mentira, pela loucura narcisista e egocêntrica. Sem honra nem moralidade, prometeu varrer do mapa uma “civilização inteira”. Quem apoia essas condutas comete suicídio moral. A maioria dos norte-americanos, mesmo com toda a hipocrisia, preserva ainda algum senso moral ao se colocar contra a guerra.

A população dos EUA se orgulha de apresentar seu país como baluarte da democracia, da liberdade e dos direitos humanos. Trump dinamitou essa imagem, não tem qualquer compromisso com a paz. Destroí a democracia interna e degrada a economia mundial. Já Netanyahu, em nome da fantasia psicopática da “Grande Israel”, quer criar um cinturão de Estados falidos ao seu redor para realizar o seu projeto hegemônico. Em parceria com os norte-americanos, conseguiu devastar a Síria, o Iraque e o Líbano. Com a complacência das monarquias e ditaduras árabes tentam falir o Irã.

Mesmo com toda a inferioridade militar, a heroica resistência dos iranianos está impondo uma derrota política e moral aos EUA e Israel. Com inteligência estratégica, o Irã demonstra ser capaz de afirmar sua condição de potência no Oriente Médio, derrotando a imoralidade da mentira, da destruição e dos assassinatos. •

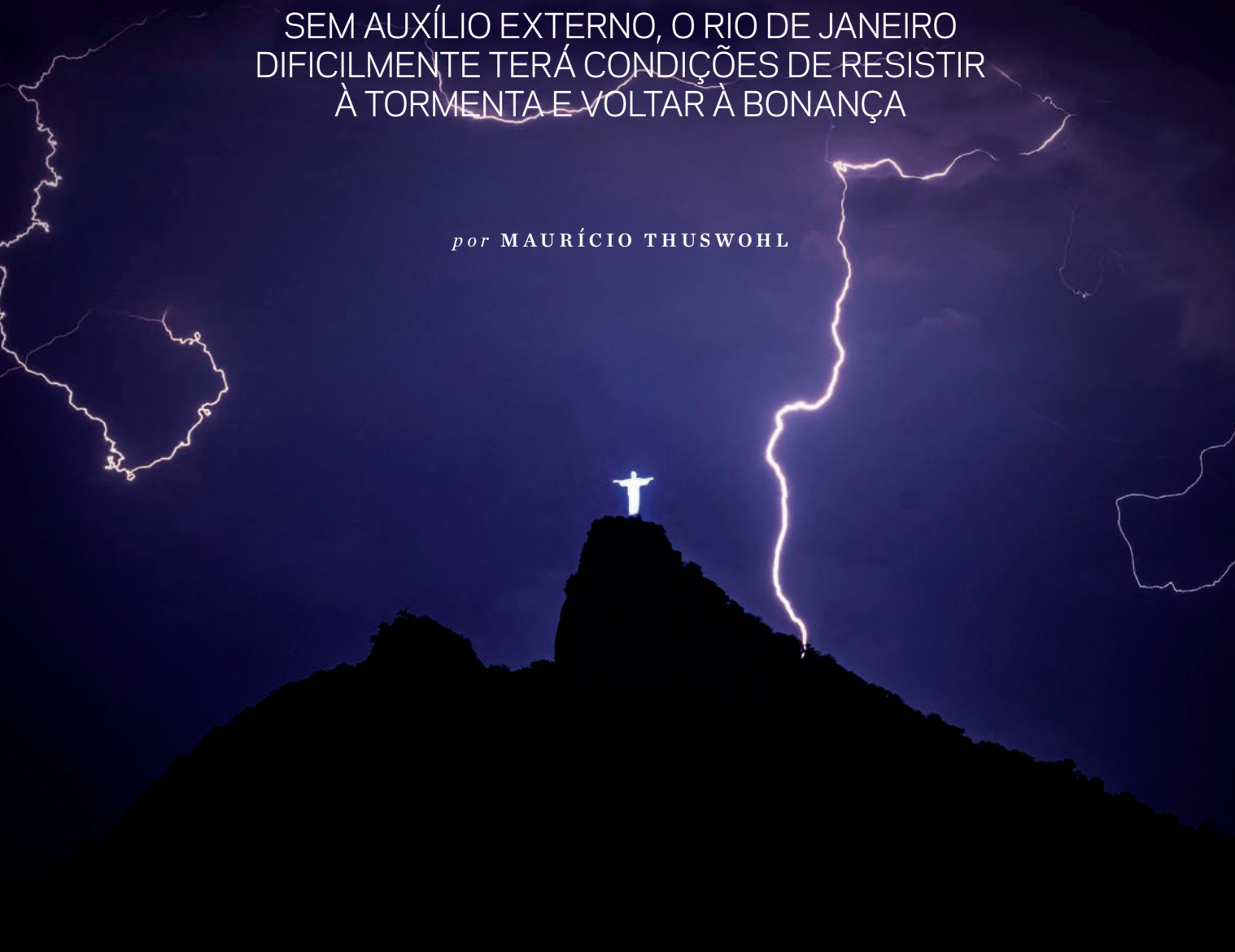
alfornazieri@gmail.com

REPORTAGEM DE CAPA

À ESPERA DE UM MILAGRE

SEM AUXÍLIO EXTERNO, O RIO DE JANEIRO
DIFICILMENTE TERÁ CONDIÇÕES DE RESISTIR
À TORMENTA E VOLTAR À BONANÇA

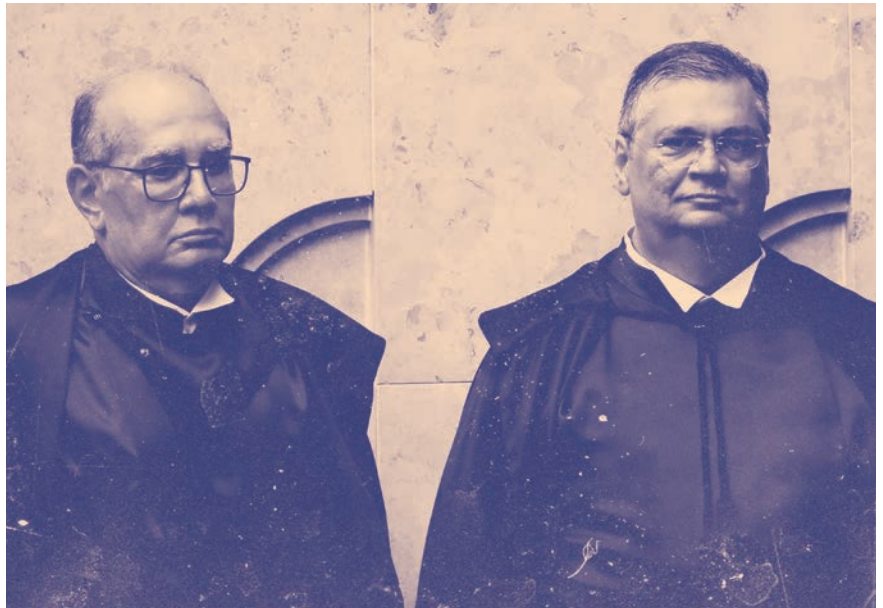
por MAURÍCIO THUSWOHL



Há dez anos, o Rio de Janeiro vivia um clima de euforia olímpica. Prestes a receber a maior competição esportiva do mundo, o estado, impulsionado pelos recursos dos *royalties* do petróleo, prometia desenvolver o “maior *hub* tecnológico da América Latina” e via seu símbolo mais conhecido – o Cristo Redentor – decolar como um foguete na capa da revista *The Economist*. Uma década depois, vive a ressaca das oportunidades desperdiçadas, com a economia em ruínas e grandes áreas do território sob controle do crime organizado. Acéfalo, o Rio está sem governador há quase um mês, e a população fluminense nem parece notar a diferença.

Dar fim à indefinição política instalada desde a renúncia do governador bolsonarista Cláudio Castro, do PL, é o primeiro passo. A bola está nas mãos do Supremo Tribunal Federal, que discute como deverá ser realizada a eleição para um mandato-tampão no governo estadual até o fim do ano: direta ou indireta. Somadas à renúncia de Castro, à nomeação do vice Thiago Pampolha (MDB) para integrar o Tribunal de Contas do Estado e à prisão do presidente da Assembleia Legislativa, Rodrigo Bacellar (União Brasil), por suposto envolvimento com o Comando Vermelho, provocaram uma tripla vacância e a necessidade de eleições suplementares para escolher o ocupante definitivo do cargo, atualmente exercido de forma provisória pelo presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Rodrigo Couto.

Até o momento, o placar do julgamento no STF é de 4 votos a 1 por eleições indiretas, nas quais os deputados estaduais devem escolher o governador interino. Os ministros Luiz Fux, André Mendonça, Nunes Marques e Cármen Lúcia votaram em sentido oposto ao relator, Cristiano Zanin, que defendeu a votação direta, mas também abriu a discussão sobre a possibilidade de se evitarem as eleições suplementares com a permanência



Os ministros Gilmar Mendes e Flávio Dino estão espantados com o nível de infiltração do crime organizado na política fluminense

de Couto à frente do governo até o fim do ano. Nesse caso, o desembargador passaria o cargo diretamente ao governador que será eleito em outubro.

Apesar do placar parcial, a expectativa pelo empate no Supremo é grande, pois os ministros Flávio Dino, Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, que ainda vão votar, já manifestaram posição em favor das eleições diretas. A discussão foi interrompida por um pedido de vista de Dino e ainda restam os votos de Dias Toffoli e Edson Fachin. Mas, segundo o apurado por *CartaCapital*, há consenso entre os ministros sobre a necessidade de esperar a chegada à Corte de Jorge Messias, que será sabatinado pelo Senado em 29 de abril e deverá complementar o time de 11 ministros do STF.

Até lá, os bastidores políticos devem

ferver com as articulações em torno dos dois principais postulantes ao governo estadual: o ex-prefeito da capital Eduardo Paes, do PSD, apoiado pelo presidente Lula, e o deputado estadual Douglas Ruas, do PL, escolhido pelo senador Flávio Bolsonaro. Paralelamente, no governo federal, na oposição estadual e em parte da sociedade, há a avaliação de que a solução política, embora essencial, não basta para tirar o Rio do atoleiro. Para esses atores, impedir a continuidade do grupo de Castro, Bacellar e aliados no poder seria a única forma de conter a infiltração do crime organizado no estado.

“Nenhuma outra unidade da federação enfrenta a situação do Rio”, observou Dino no STF, após elencar os seis últimos governadores fluminenses, todos presos, afastados ou levados a renunciar para escapar à cassação (*ver gráfico à pág. 13*). O magistrado lembrou a Operação Quinto do Ouro, levada a cabo pelo Ministério Público Federal e a Polícia Federal. “Prendeu o TCE do Rio inteiro, menos um. Isso nunca aconteceu em lugar nenhum do Brasil”, reiterou. Dino enumerou as prisões de “dois presidentes da Alerj, 13 deputados estaduais, um procurador-geral de Justiça e um procurador-geral do Estado” nos últimos anos. Esse é “o suporte empírico”, pondera o ministro, que deve ser levado em conta quando se tenta evitar as eleições indiretas, que, dada a correlação de forças na

**ESPECIALISTAS
DEFENDEM A
CRIAÇÃO DE UMA
FORÇA-TAREFA
FEDERAL PARA
SANEAR O ESTADO**

REPORTAGEM DE CAPA

Alerj, manteria os grupos de Castro, Baccellar e Bolsonaro no poder.

Antes de pedir a Deus “piedade pelo Rio de Janeiro”, Gilmar Mendes lamentou a infiltração do crime organizado no Legislativo fluminense. “O presidente da Assembleia está preso. Eu conversava com o diretor da Polícia Federal, que dizia que 32 ou 34 parlamentares recebiam mesada do jogo do bicho”, afirmou o magistrado durante o julgamento. Em nota de desagravo, a Alerj disse não reconhecer “qualquer relação com a contravenção penal, bem como qualquer investigação neste sentido relacionada à atual legislatura”. Não reconhecer, está claro, não significa muita coisa.

São muitos os caminhos que podem ser seguidos por um eventual novo governo disposto a libertar o Poder Público do Rio da influência criminoso. Cada um deles, no entanto, demanda a organização de um trabalho conjunto que extrapole as atribuições estaduais. “É uma situação complexa porque, se temos banda podre na polícia, esta é sustentada também por uma banda podre na política e, muitas vezes, em setores do Judiciário, do Ministério Público. Então é preciso ter o expurgo de várias bandas podres, sem o que não é possível avançar”, avalia Daniel Cerqueira, especialista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e coordenador do *Atlas da Violência*.

Uma missão dessa magnitude, acrescenta Cerqueira, só poderia ser realizada por uma força-tarefa federal. O termo soa quase como um palavrão para nove entre dez fluminenses, sobretudo após a desastrosa intervenção de 2018, comandada pelo então general Walter Braga Netto e marcada por arbitrariedades e violência. Cerqueira reconhece o desgaste: “Aquela operação foi um casuísmo do governo Temer para dizer que estava fazendo alguma coisa. Foi uma péssima decisão, que custou mais de 1 bilhão de reais aos cofres públicos, gerou inse-



A população ainda se ressent das arbitrariedades na intervenção de 2018 e nas operações de Garantia da Lei e da Ordem

gurança nas comunidades e não trouxe qualquer avanço à segurança pública no Rio. Isso não pode mais ocorrer”.

O professor sugere, porém, uma alternativa distinta, mais próxima de uma experiência realizada há 24 anos em outro estado. “Temos como exemplo a força-tarefa do governo FHC, que envolveu a Polícia Federal e o Ministério Público Federal. Em 2002, esse grupo atuou no Espírito Santo, onde o presidente da Assembleia Legislativa era apontado como chefe do crime organizado, um coronel da Polícia Militar comandava o braço armado e até um juiz de execução penal integrava o esquema”, afirma. Aque-

la força-tarefa, relembra Cerqueira, conseguiu prender os principais envolvidos e enviá-los a presídios federais. “Isso possibilitou que o governador seguinte, empossado em 2003, iniciasse um processo de saneamento do estado.”

Cerqueira avalia ser possível fazer um trabalho de alto nível. “Junto à PF e ao MPF traríamos o Tesouro Nacional, o Coaf e outros órgãos não policiais, para acompanhar a questão da lavagem de dinheiro. Estamos falando de uma força-tarefa não para simplesmente aparecer com blindados nas ruas, mas baseada na investigação e na inteligência para identificar quem comanda o crime organizado, seja no Legislativo, no Executivo, no Judiciário ou nas próprias polícias”, ensina. O Rio, acrescenta o especialista, perdeu a capacidade de ter soluções internas. “O saneamento do estado não vai partir do próprio estado porque há uma Alerj dominada, um Executivo que até a gestão de Castro tinha muitas pessoas envolvidas, e bandas podres nas polícias e em setores da Justiça. É preciso uma força que venha de fora para conseguir extirpar esse câncer. Uma concertação, inclusive com o STF, para que o Estado brasileiro dê uma resposta contra o crime organizado no Rio”, destaca.

**PARA VENCER
AS FACÇÕES, NÃO
BASTA DISPUTAR
O CONTROLE
TERRITORIAL DAS
COMUNIDADES**



Coordenador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima avalia que militarizar a ajuda federal não é solução. Para ele, “as respostas não estão meramente nos aspectos territoriais, por mais que estes tenham de ser enfrentados. O mais importante é ter soluções articuladas contra a lavagem de dinheiro, com rastreamento de mercadorias e ativos. E, ao mesmo tempo, pensar a regulação de mercados de áreas sensíveis, como criptoativos e combustíveis”. Operações de Garantia da Lei e da Ordem, avalia o sociólogo, drenam recursos públicos e trazem pouquíssimos resultados práticos. “O que precisamos é coordenar esforços, enfrentar com estratégia a questão da lavagem, da responsabilização de autores, e criar mecanismos de *compliance*, integridade e monitoramento.”

Lima ressalta a importância da cooperação federal e lembra o exemplo capixaba: “As forças federais, em muitos casos, são desestabilizadoras da dinâmica criminal e atuam para mudar o cenário. Isso já aconteceu no caso do Espírito Santo. Precisamos criar mecanismos de valorização institucional e competências compartilhadas. Assim, quando falhar a estrutura estadual, a estrutura federal pode entrar sem grandes dificuldades para investigar”.

CADEIRA EJETÁVEL

Governadores afastados ou presos nos últimos anos



Anthony Garotinho
(1999/2002)

Preso em 2016 e condenado em 2024.
Abuso de poder econômico (crime eleitoral).



Rosinha Garotinho
(2003/2006)

Presa em 2017 por crimes eleitorais.



Sérgio Cabral (2007/2014)

Preso em 2016 e condenado em 2017.
Corrupção, lavagem de dinheiro
e evasão de divisas.



Luiz Fernando Pezão
(2015/2018)

Preso em 2018 por corrupção
(o primeiro no exercício do cargo).



Wilson Witzel
(2019/2020)

Cassado por corrupção
e desvio de recursos.



Cláudio Castro
(2020/2026)

Renunciou para não ser cassado.
Condenado por abuso de poder
econômico e político.

REPORTAGEM DE CAPA

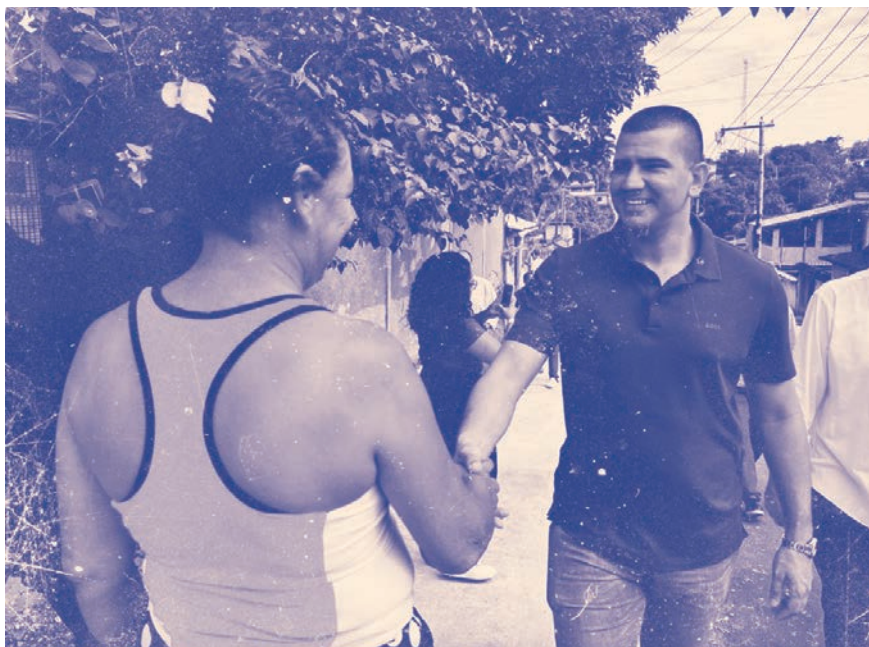
Para a socióloga Julita Lemgruber, “é forçoso admitir que o Rio, sozinho, não vai sair desse lamaçal”. Ela vê a necessidade de uma articulação ampla que passe pela inteligência investigativa e por intensificar ações que reúnam as diversas polícias e o MP. “É preciso que isso aconteça com agilidade e frequência porque é o único caminho.” A fundadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) lembra que as últimas operações da PF no estado mirando a questão da corrupção foram bem-sucedidas. “Acabaram revelando conexões espúrias entre Legislativo, Executivo, Judiciário, milícias e crime organizado”, lembra. Se o futuro governador quiser mesmo reverter esse quadro, diz, um pré-requisito é indispensável: “É preciso que ele esteja disposto a trabalhar com o governo federal”.

Para Cerqueira, a primeira coisa que o futuro governador tem de fazer é extinguir as atuais secretarias de Polícia Militar e Polícia Civil e reformular a Secretaria de Segurança Pública, para que esta possa pensar estrategicamente o enfrentamento ao crime organizado no Rio. Também são fundamentais, na avaliação do professor, a remodelação, o fortalecimento das corregedorias e a criação de uma ouvidoria unificada das polícias “com independência, participação da sociedade civil e prerrogativa não apenas de identificar desvios de conduta, mas de fazer a investigação necessária para imputar responsabilidades”. Outra medida importante é implementar um mecanismo proativo de identificação e expurgo de policiais que cometem desvios de conduta. “É mais ou menos o que fez o prefeito Rudolph Giuliani em Nova York”, sugere.

Um dos principais estudiosos do desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro e dos motivos de sua decadência, o economista Mauro Osório, professor da UFRJ, situa o período iniciado nos anos 1970 como ponto de inflexão, quando a economia



Enquanto o STF tarda a definir se a eleição para o mandato-tampão de Castro será direta ou indireta, o ex-prefeito Eduardo Paes (PSD) e o deputado Douglas Ruas (PL) se apresentam como candidatos



fluminense entra em um processo contínuo de perda de dinamismo, causado a partir da transferência da capital federal da Guanabara para Brasília, mudança que não teve compensações econômicas para o Rio e cujos efeitos concretos só se fizeram sentir uma década depois. Em 1975, veio a fusão entre a Guanabara e o antigo estado do Rio, o que aprofundou a falta de estratégias regionais adequadas de desenvolvimento para os territórios carioca e fluminense. Finalmente, o enraizamento de uma cultura política clientelista e fisiológica levou ao progressivo desmonte da máquina pública e facilitou sua infiltração pelo crime organizado.

Esse cenário levou a economia do estado a perder participação no PIB nacional ao longo de cinco décadas, passando de 16,7% em 1970 para 11,4% em 2022, uma queda de 31,4%, segundo dados do IBGE. Nesse mesmo período, a economia da cidade do Rio de Janeiro recuou de 12,8% do PIB nacional para 4%. Foi a maior perda entre as capitais brasileiras (68,9%). “Pouca gente acreditava que Juscelino Kubitschek iria, de fato, construir Brasília. A transferência da capital estava prevista desde a Constituição de 1891 e nunca havia sido realizada. O Rio não pediu nada quando a mudança ocorreu e quase nada lhe foi dado”, diz. Osó-

rio cita o caso alemão como contraponto: “Quando a capital alemã mudou de Bonn para Berlim, praticamente metade dos ministérios permaneceu em Bonn, como forma de compensação”.

Osório aponta como fatores decisivos as fusões das seções carioca e fluminense da Arena e do MDB – legendas do bipartidarismo vigente à época da ditadura –, além da consolidação de Chagas Freitas como principal liderança do estado. Para ele, esse processo resultou no fortalecimento excessivo da Alerj, um cenário que persiste até hoje e transformou a Casa em porta de entrada para o clientelismo e outros problemas da política estadual. “Essa lógica de clientela, pouco a pouco se transforma em prática mafiosa. E a partir daí o Estado vai se desestruturando”, explica.

O deputado estadual Carlos Minc, do PSB, avalia que reverter a infiltração do crime na política do Rio é uma tarefa difícil e critica a postura da Assembleia Legislativa. Para ele, a Casa tem sido muito condescendente com políticos ligados ao crime organizado, como demonstra a relutância do plenário em cassar os mandatos de TH Joias e Rodrigo Bacellar, mesmo após todos os indícios de envolvi-

**A PARTICIPAÇÃO
DO ESTADO NO
PIB NACIONAL
CAIU DE 16,7%
EM 1970 PARA
11,4% EM 2022**

to com o Comando Vermelho apontados pela PF. Minc também atribui responsabilidade aos partidos, que, segundo ele, “não podem colocar em suas nominatas pessoas que mantêm relação direta com a milícia ou com o tráfico”. Já o sistema de Justiça, acrescenta, precisa agir com mais rapidez. “Veja o Cláudio Castro, que ganhou uma eleição de forma corrompida. Cometeu crime eleitoral visível, todo mundo sabia, e cumpriu quase todo o mandato. Só foi afastado agora no finzinho de tudo. Foi punido três anos e três meses depois de ter fraudado descaradamente uma eleição.”

Para o ex-vice-governador Luiz Paulo Corrêa da Rocha, hoje deputado estadual pelo PSD, a questão da criminalidade es-

tá intrinsecamente ligada à política de arrecadação e de desenvolvimento econômico e social. “Se faltarem recursos públicos, não teremos um funcionalismo público qualificado e justamente remunerado. Os quadros das polícias civis e militares estarão muito menores do que seus ideais, e a degradação social jogará a favor do crime com a oferta de uma mão de obra desqualificada”, diz. Por outro lado, se o Estado entrar em um ciclo econômico virtuoso, pondera o parlamentar, isso facilitará o combate ao crime. “A degradação econômica degenera as políticas públicas, inclusive aquelas de enfrentamento à criminalidade.”

Ex-ministro da Ciência e Tecnologia e ex-presidente da Finep, Celso Pansera, que já coordenou programas voltados ao desenvolvimento econômico e tecnológico do Rio, afirma que o enfrentamento ao narcotráfico exige estratégias de longo prazo, incluindo a requalificação das polícias. “Teríamos que ter curso para policiais todos os anos, além de boa qualificação e aumento substancial de salários”, diz. Ele também propõe a aposentadoria paulatina de todos os policiais na ativa envolvidos com o tráfico e as milícias.

Como se não bastasse, o Rio de Janeiro, com déficit projetado de 19 bilhões de reais para 2026 e dificuldade de honrar as dívidas com a União, mesmo após a adesão ao Propag, aguarda com apreensão a retomada do julgamento no STF, previsto para 6 de maio, que trata da redistribuição dos *royalties* do petróleo entre os estados. “Há uma liminar suspendendo a divisão desse dinheiro com outras unidades federativas. Se a liminar cair, o Rio estará em maus lençóis”, diz Corrêa da Rocha. Para Osório, é razoável discutir uma redistribuição dos *royalties* entre os municípios fluminenses, mas reduzir o volume total destinado ao estado seria catastrófico. “Será a pá de cal no Rio de Janeiro. Isso não interessa ao País nem a ninguém.” •



A economia fluminense tornou-se excessivamente dependente dos *royalties* do petróleo



Punitivismo progressista

VIOLÊNCIA Lula promete criar o Ministério da Segurança e espera por mais poderes do Congresso para atuar na área

POR ANDRÉ BARROCAL

Os brasileiros estão inseguros por causa da criminalidade, e não é de agora. Esse sentimento faz com que confiem menos nos outros e se tornem mais punitivistas, ou seja, queiram soluções “linha-dura”, como a redução da maioridade penal e a pena de morte. Entre mulheres, negros e aqueles que ganham até um salário mínimo, a preocupação com o crime é ainda maior do que a média. Esse quadro foi descrito em um livro do ano passado, *O Brasil no Espelho*, baseado em 9,9 mil entrevistas realizadas no fim de 2023. É um guia para entender uma guinada de Lula e do governo. Está em marcha no lulismo a construção de uma espécie de “punitivismo progressista”, com o qual o presidente pretende melhorar o ibope e as chances de reeleição.

O símbolo da nova fase é a promessa presidencial de, enfim, criar o Ministério da Segurança Pública, proposta feita na última eleição. Para tirar a ideia do papel, Lula aguarda a aprovação pelo Congresso de uma mudança constitucional que dê ao governo poderes na área. Pela Constituição de 1988, cuidar da proteção aos cidadãos é uma obrigação dos estados. Mui-

tos governadores rejeitam a entrada de Brasília nessa seara, pois não querem dividir os potenciais ganhos político-eleitorais do combate ao crime.

Caso vingue, o novo ministério precisará de recursos, do contrário será pouco efetivo. O Fundo Nacional de Segurança Pública, administrado pela pasta da Justiça, tem 2,1 bilhões de reais neste ano, 400 milhões a menos que em 2025. Seria o caixa inicial. Comparação: o estado da Bahia, o quarto mais populoso, tem cinco vezes mais. Há negociações em curso no governo em busca de soluções financeiras. Uma hipótese seria separar parte da receita corrente líquida, algo visto na área



Guinada. O presidente adapta o discurso. Lima e Silva está “mais para lá do que para cá”



da saúde, nas famigeradas emendas parlamentares e que pode vir a ocorrer com o Sistema Único da Assistência Social. Há alguns dias, os deputados aprovaram em primeira votação uma alteração constitucional para que o SUAS receba 1% da receita corrente líquida federal, perto de 17 bilhões de reais anuais. A equipe econômica é contra essa vinculação, idem com a indexação para a segurança pública.

Na primeira metade do mandato, Lula resistiu a mergulhar no tema. Achava que o medo da população cairia na conta dos governadores. Não foi bem assim. Pesquisas “qualitativas” têm feito descobertas nada boas para o presidente. Nesses levantamentos, os entrevistados ficam em uma sala envidraçada, enquanto respondem perguntas e debatem questões propostas pelos pesquisadores. Do lado de fora, câmeras e analistas acompanham. As mulheres têm relatado uma decepção específica com Lula, segundo o instituto Quaest, cujo dono, o cientista social Felipe Nunes, é o autor de *O Brasil no Espelho*. Acreditavam que o petista faria mais do que o concorrente Jair Bolsonaro para protegê-las, pois foi Lula quem, há duas décadas, sancionou a Lei Maria da Penha. E a frustração tem razão de ser. No ano passado, o homicídio de mulheres cometido pelo simples fato de serem mulheres, o feminicídio, subiu e foi recorde desde a lei de 2006. Perderam a vida 1.568 brasileiras, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, alta de quase 5% após estabilidade por três anos.

Uma parte do aumento não pode ser debitada na conta do governo. A existência da lei e a sua aplicação têm levado as autoridades a catalogar como “feminicídio” assassinatos que, em outros tempos, seriam categorizados como um homicídio qualquer. Mas nem tudo se explica pelo fator “carimbo”. A violência contra a mulher avançou de fato. Em cinco anos, os registros cresceram 14,5%, enquanto a



Disputa. Os governadores resistem em dividir eventuais louros no combate ao crime

taxa geral de homicídios caiu. Interromper a escalada não é problema de legislação, segundo o Fórum. Após a Maria da Penha, vieram leis sobre importunação sexual, violência psicológica e *stalking*. O que falta é cumprir as normas.

Agora em abril, Lula sancionou mais duas leis de proteção feminina. Uma permite à polícia colocar tornozeleira eletrônica em homens que representem riscos a uma mulher ou a um filho dela. Até então, a medida precisava de autorização judicial prévia. A outra cria um tipo penal, o “vicaricídio”, o assassinato de filhos ou parentes de uma mulher com o objetivo de causar sofrimento a ela. Dá de 20 a 40 anos de cadeia. Comparação: um homicídio convencional custa de 12 a 30 anos. Na quarta-feira 15, o Congresso aprovou mais uma regra de defesa das

mulheres. Quem for condenado por ameaça ou agressão, cumprirá pena no Regime Disciplinar Diferenciado. Neste, os presos ficam em celas individuais, recebem menos visitas e têm menos banhos de sol. O regime vigora por até dois anos. O texto foi à sanção de Lula.

A insatisfação da opinião pública com a violência contra a mulher levou o senador Flávio Bolsonaro, pré-candidato a presidente, a votar a favor de um projeto que equipara atitudes misóginas, demonstrações de ódio e aversão às mulheres, ao crime de racismo. A lei, que ainda precisa ser apreciada pelos deputados, foi apresentada por uma senadora lulista, Ana Paula Lobato, do PSB. O primogênito do capitão arrependeu-se de apoiá-la, diante das reações de deputados bolsonaristas como Nikolas Ferreira e Julia Zanatta, ambos do PL. Flávio declarou depois que havia caído em uma “armadilha do PT”.

O líder petista na Câmara, Pedro Uczai, defende, por sua vez, a criação de uma Secretaria de Combate ao Feminicídio. Ou para fazer parte de um futuro Ministério da Segurança Pública ou para integrar a atual pasta da Justiça. Nos próximos dias, levará a proposta ao atual

Para dar certo, a futura pasta precisaria de orçamento reforçado



ministro Wellington César Lima e Silva. “Mulheres, pessoas pretas e os mais pobres mostram níveis mais elevados de preocupação com violência, criminalidade e tráfico de drogas. Esses grupos são os que se sentem mais inseguros”, afirma o livro *O Brasil no Espelho*. Grupos que, ressalte-se, estão entre aqueles que mais aprovam o governo e estão mais inclinados a votar em Lula. “Quanto mais inseguro se sente, mais punitivista é o brasileiro”, prossegue a obra. Dois dados ilustram esse sentimento. A pena de morte para crime hediondo tem o apoio de 77% e a redução da maioria penal, de 94%.

Flávio B. prega a redução. Em 2019, apresentou um projeto no Senado para permitir a condenação em regime comum a partir dos 16 anos. Agora quer baixar para 14. Lima e Silva topa debater a maioria. Foi o que disse nas negociações, em fevereiro, na Câmara dos Deputados, da PEC da Segurança Pública, aquela que dá poderes ao governo federal. O relator, Mendonça Filho, do União Brasil, queria diminuir a maioria e realizar um referendo popular que endossaria (ou não) a medida, com a chancela do substituto de Ricardo Lewandowski.

Retaliação. O senador Vieira fugiu do escopo da CPI do Crime Organizado e, por motivações eleitoreiras e vendeta, desmoralizou a comissão de inquérito

“Esse ministro é muito mais nosso do que deles”, afirmou na época o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante.

Lima e Silva também se aproximou da Bancada da Bala. Tem participado de cafés semanais com a Comissão de Segurança Pública da Câmara. Na terça-feira 14, o presidente da comissão disse no encontro, conforme uma testemunha: “A gente vai armar todos os deputados federais que quiserem, em parceria com o ministro”. Na votação da Lei Antifacção, elaborada pelo governo antes de Lima e Silva, o ministro aceitou punitivismos da banca-

da. Um: a família de um indivíduo condenado por fazer parte de facção criminosa não poderá receber aquele auxílio pago a parentes de detentos. Outro: os presos ficam proibidos de votar nas eleições. Proibição que cheira a inconstitucionalidade. Pela Carta de 1988, o voto é “universal”, “com valor igual para todos”. “O governo cedeu ao senso comum”, critica o deputado Rui Falcão, ex-presidente do PT.

A guinada à direita causou uma baixa no Ministério da Justiça. Marivaldo Pereira, secretário-executivo com Flávio Dino e Ricardo Lewandowski, antecessores de Lima e Silva, deixou a Secretaria de Assuntos Legislativos da pasta. Consta que brigado com o ministro e por pressão da Bancada da Bala. Pereira defende o argumento de que os governos petistas têm um legado a apresentar na segurança pública, entre eles os presídios federais, a Força Nacional de Segurança e o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, além das atuais leis da lavagem de dinheiro e das organizações criminosas. Embarcar na onda punitivista e de encarceramento em massa, fórmulas, aliás, que não fizeram do Brasil um país mais seguro, seria um erro, na avaliação dele.

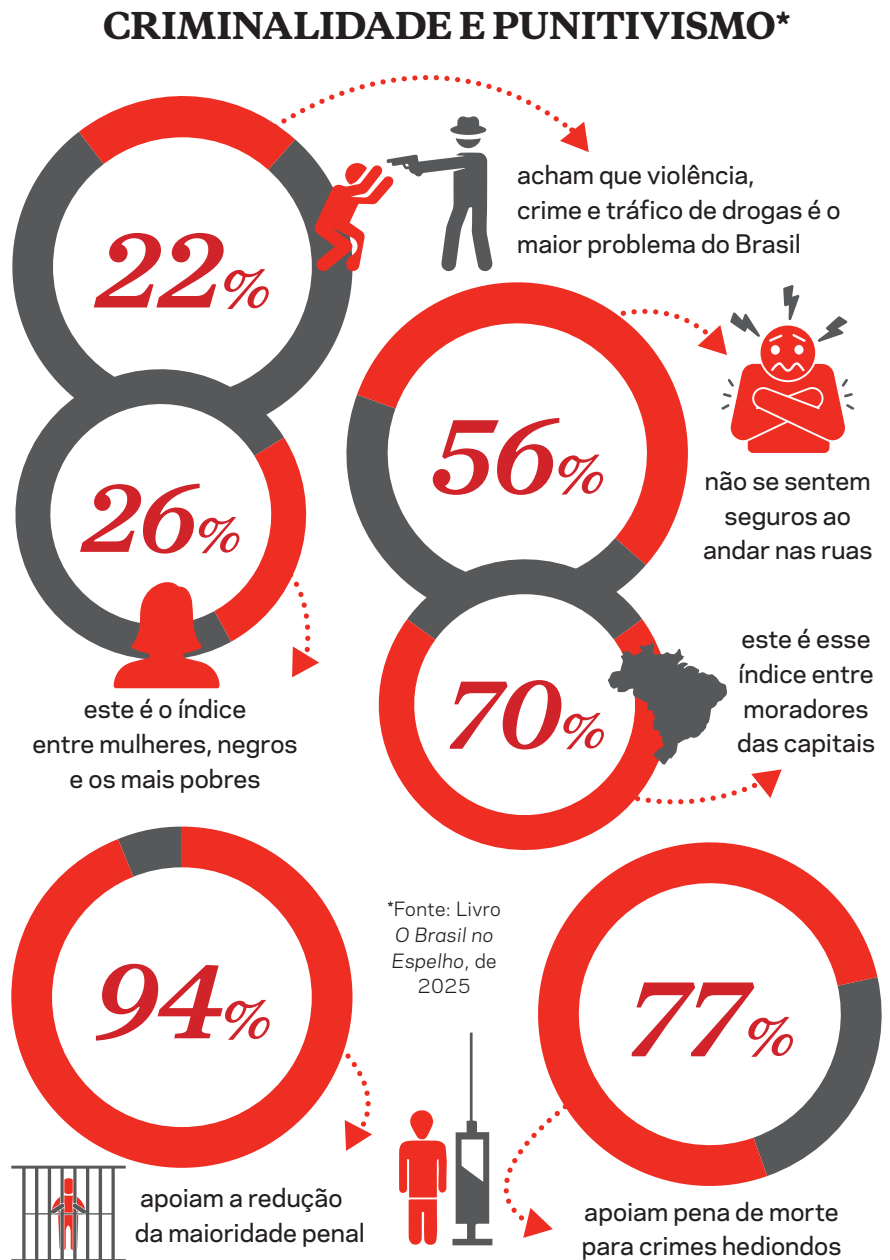
O ministro da Justiça tem dito, e re-

A CPI do Crime Organizado virou chacinha e desperdiçou uma oportunidade

petiu em um evento na segunda-feira 13, que sua intenção é “implementar uma política de segurança pública baseada em evidências”. Tradução: experiências práticas (de estados e municípios, por exemplo) valem mais que teorias. Falta saber quais “evidências” abraçará.

E Lula? No figurino “punitivista progressista”, passou a defender o fim das *bets*, as casas de apostas online usadas com frequência para lavar dinheiro sujo. Em entrevista ao ICL Notícias, disse coisa parecida com o que se ouve nas ruas: “A polícia prende um ladrão e, dependendo da fama dele, é solto no dia seguinte (*pela Justiça*)”. Entre seus colaboradores da pré-campanha à reeleição, defende-se que o governo adote mais medidas contra roubo de celular, equipamento indispensável na vida de muito trabalhador, e que ataquem o medo nas grandes cidades. A discussão sobre segurança pública, segundo esses colaboradores, precisa ser feita sem preconceitos por um campo político que costuma identificar, com razão, a polícia como parte do problema. A condenação de Lula ao massacre da PM do Rio no Complexo do Alemão, em outubro passado, é algo a ser evitado.

O presidente ainda sonha em fechar um acordo com Donald Trump de cooperação entre os dois países contra o crime organizado. Em 10 de abril, a Receita Federal anunciou o início de colaboração com um órgão norte-americano para facilitar a descoberta e o rastreamento do tráfico de armas e drogas. Quatro dias depois, a CPI do Crime Organizado terminou no Senado sem um relatório final. O relator, Alessandro Vieira, do MDB, influenciado pela disputa eleitoral em curso, defendeu o indiciamento de três ministros do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, José Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, e do Procurador-Geral da República, Paulo Gonet. O motivo teria sido a suposta obstrução às investigações da comissão sobre os desvios do



Banco Master, embora o escândalo não fizesse parte do escopo inicial do trabalho parlamentar e os integrantes não tenham sequer analisado os dados da quebra de sigilo da instituição enviados pela Polícia Federal. O delegado Vieira deixou de fora os chefes de facções, criminosos

de colarinho branco e colegas acusados de envolvimento em falcatruas. O relatório acabou derrotado e o trabalho do senador, na sequência do fim deplorável da CPI do INSS, deu outra contribuição à completa desmoralização das investigações do Congresso. •

À margem da lei

SEGURANÇA Os policiais *influencers* surfam no vácuo regulatório das corporações, revela estudo do Instituto Sou da Paz

POR MARIANA SERAFINI

Homens encapuzados, perseguições eletrizantes por velas mal iluminadas e discursos de guerra típicos de filmes de ação dos anos 1990. Vídeos com essa estética têm grande apelo nas redes sociais, sobretudo quando os protagonistas são policiais fardados que buscam entreter o público com uma amostra da “realidade das ruas” e, claro, ganhar uns bons trocados com isso. Para impulsionar o próprio engajamento, vale quase tudo: de dancinhas da última *trend* a conselhos amorosos para os seguidores.

Os policiais *influencers* surfam no vácuo regulatório e, não raro, usam a popularidade alcançada nas redes como trampolim político. Especialistas observam que esse comportamento tem gerado uma crise de legitimidade nas forças de segurança, pois a opinião individual do agente se confunde com a voz do Estado, e alertam para a falta de regulação para conter esses abusos.

Na quarta-feira 8, a deputada estadual Ediane Maria, do PSOL de São Paulo, denunciou ao Ministério Público Federal o agente da Polícia Rodoviária Federal Breno Vieira, responsável pelo canal “Café com teu pai”. Ele se apresenta nas redes como conselheiro amoroso e faz o papel de um “pai” para orientar mulheres em relaciona-

mentos. As lições amorosas são temperadas com altas doses de misoginia e machismo. Ainda assim, ele acumula quase 30 milhões de seguidores no YouTube, Instagram e TikTok.

“É uma questão problemática: um servidor público concursado, designado para atuar como agente de segurança pública, que, em vez de servir à população, está focado em trabalhos extras”, comenta Ediane Maria. A prática é proibida pela PRF, mas o canal está no ar há mais de um ano sem qualquer repreensão, observa a parlamentar. “Isso é nocivo porque pode induzir a população a acreditar que esse posicionamento é oficial.”

Para dimensionar o problema, o Instituto Sou da Paz analisou as regras internas de 56 corporações policiais no País, incluindo a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e as polícias

Dois terços das forças de segurança possuem normas para o uso das redes, mas as regras são frágeis e pouco específicas

civis e militares estaduais. O levantamento identificou que apenas 37 instituições contam com algum tipo de regulação, em sua maioria criada às pressas a partir de 2021. A diretora-executiva da ONG, Carolina Ricardo, afirma que a “ausência de contornos nítidos favorece a atuação de agentes em uma zona cinzenta”. Segundo ela, o cenário impõe “desafios disciplinares”, pois, à medida que esses policiais ganham fama, torna-se mais difícil puni-los ou desligá-los das corporações.

Um caso emblemático é o de Gabriel Monteiro, ex-soldado da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que usou a exposição nas redes para impulsionar a carreira política. Armado e fardado, publicava no YouTube vídeos de “experimentos sociais” e, amparado pela popularidade, passou a desrespeitar superiores e fazer acusações sem provas – como em 2020, ao atribuir ao coronel Íbis Pereira, ex-comandante da PM fluminense, envolvimento com o tráfico e filmá-lo sem autorização. O episódio resultou em punição disciplinar, mas não houve responsabilização pelo uso das redes, à época sem normas específicas. No mesmo ano, chegou a ser expulso por deserção (decisão revertida), depois deixou a corporação e ingressou na política. Eleito vereador pelo PL no Rio, teve o mandato cassado por má conduta em agosto de 2022. Três meses depois, foi preso preventivamente, acusado de estupro, e permaneceu em Bangu 8 até 2025, quando o Superior Tribunal de Justiça concedeu liberdade com monitoramento eletrônico. Hoje, mantém presença nas redes, onde exibe a tornozadeira e ainda associa sua imagem à polícia, inclusive no nome de usuário no Instagram: @gabrielmonteiropm.

Em outubro de 2023, a PM do Rio edi-



tou uma instrução normativa com regras para o uso de redes sociais e aplicativos de mensagens, incluindo a proibição expressa de usar símbolos da corporação, como brasões e nomes, em perfis pessoais. Para a gerente de *advocacy* do Instituto Sou da Paz, Nathalie Drumond, a decisão é bem-vinda, embora um tanto tardia. Ela reconhece, porém, que se trata de um debate complexo, por “esbarrar em liberdades individuais e no direito à manifestação de opinião”.

O estudo do Sou da Paz mostra que o número de deputados federais oriundos das forças policiais saltou de 4, em 2010, para 42, em 2018 – aumento de 950%. Em 2024, ao menos 849 policiais foram eleitos vereadores. Para Carolina Ricardo, o uso das redes gera “desigualdade nas eleições”, pois muitos agentes iniciam a campanha antes do período oficial. Segundo a especialista, a saída não



Celebridades.

Breno Vieira, agente da PRF, ganhou fama com conselhos amorosos de teor machista. Gabriel Monteiro não faz mais parte da Polícia Militar do Rio de Janeiro, mas ainda associa sua imagem à da corporação

é proibir as plataformas, mas reforçar a fiscalização interna e a aplicação de punições para desestimular a prática.

O uso das redes sociais não traz apenas visibilidade e influência, mas também lucros elevados com a monetização de conteúdo. Em meados de 2020, o delegado Carlos Alberto da Cunha passou a publicar, no YouTube, vídeos sobre a “rotina de um policial civil” na capital paulista, sob a justificativa de incentivar jovens a ingressar na carreira. A exposição rapidamente se converteu em fonte de renda paralela. Dados da Corregedoria da Polícia Civil de São Paulo indicam que ele mantinha uma estrutura profissional de produção, com custos superiores ao próprio salário (cerca de 10 mil reais), enquanto os ganhos com o canal ultrapassavam 500 mil reais por ano. Em 2022, Da Cunha eleger-se deputado federal pelo União Brasil.

Especialistas alertam para o risco de subordinar o cumprimento da lei à lógica dos algoritmos. Da Cunha levou esse comportamento ao extremo ao encenar uma operação de resgate de uma vítima de sequestro em seu canal no YouTube. O estudo do Sou da Paz revela que ele não participou do momento real da libertação: ao chegar ao local, após a operação já ter sido concluída, obrigou a vítima e os suspeitos, já detidos, a participar de uma reconstituição forjada para suas câmeras. As irregularidades não param por aí. Instalações da Polícia Civil foram usadas como estúdios pelo influenciador. Além disso, funcionários contratados para sua equipe de filmagem foram flagrados dirigindo viaturas e portando armas da instituição. A conduta resultou em denúncia por crime de peculato.

A Corregedoria da Polícia Civil investigou a conduta do delegado e recomendou sua demissão em 2022. O processo baseia-se em acusações de abuso de autoridade e constrangimento ile-

Delegado Da Cunha foi denunciado por encenar nas redes o resgate de uma vítima de sequestro

gal. A palavra final cabe ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Para Drumond, o caso ganhou complexidade adicional devido à alta exposição do agente. “Quando o delegado Da Cunha sofreu medidas disciplinares, o caso virou um debate público e a discussão, que deveria ser técnica sobre a adequação da conduta de um servidor da segurança pública, passou a ser politizada”, afirma.

Da Cunha foi denunciado criminalmente pelo Ministério Público no caso da encenação do resgate, ainda sem desfecho. Em sua defesa, alegou que a filmagem foi uma “simulação para fins probatórios”. Reconstituições ofi-

ciais, no entanto, são atribuição da Polícia Técnico-Científica, e não devem ser usadas como ferramenta de autopromoção em redes sociais, observa o Sou da Paz. A única sanção efetiva até o momento foi um breve afastamento em 2021, quando o delegado teve arma e distintivo recolhidos pela Corregedoria da Polícia Civil. Em 2023, a corporação devolveu sua carteira funcional e uma pistola, por decisão do delegado-geral. O canal no YouTube segue ativo, com mais de 3 milhões de inscritos.

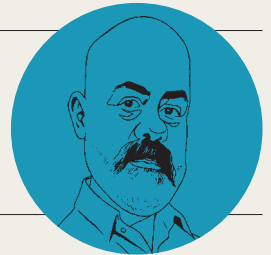
Segundo o Sou da Paz, embora dois terços das polícias tenham algum nível de regulação sobre redes sociais, as normas são pouco específicas. O estudo defende a proibição do uso de elementos de identificação – como fardas, armas e viaturas – em perfis pessoais, além de mecanismos mais ágeis de responsabilização. “As normativas atuais ainda não dão conta desse problema de produção de conteúdo e monetização”, avalia Drumond. “Esse é um problema que precisa ser enfrentado com urgência.” •



Trunfo. O canal de Da Cunha no YouTube segue ativo com mais de 3 milhões de inscritos

CLAUDIO COUTO

Cientista político, professor da FGV EAESP,
pesquisador do CEPESP FGV e do CNPq



Não é (só) a economia

► Ela importa na decisão de voto, mas não explica tudo

Passada a desincompatibilização dos ocupantes de cargos no Executivo que pretendem concorrer nas eleições, fica claro o quadro da disputa presidencial e nos estados. Salvo surpresas, as candidaturas ao Planalto estão postas: Lula (PT), Flávio Bolsonaro (PL), Ronaldo Caiado (PSD), Augusto Cury (Avante), Renan Santos (Missão), Cabo Daciolo (Mobiliza), Aldo Rebelo (DC) e Samara Martins (UP). Além da possível postulação de Romeu Zema (Novo), há o balão de ensaio da candidatura de Ciro Gomes (PSDB). É, porém, improvável que o cearense desista de uma candidatura forte na disputa pelo governo de seu estado para entrar num jogo embolado e com pouco espaço para crescimento de candidaturas alternativas a Lula e Flávio.

Se tendências importam quando há muita coisa pela frente e a campanha oficialmente não começou, os gráficos mostram um cenário desalentador para Lula. Desde dezembro, quando Jair Bolsonaro ungiu Flávio como substituto, são consistentemente declinantes e ascendentes, respectivamente, as curvas de intenção de voto do atual presidente e do filho 01. Entretanto, a experiência de eleições passadas mostra que a cerca de seis meses da disputa o quadro ainda é muito sujeito a mudanças e a propaganda eleitoral tem o condão de ajudar governos a recuperar popularidade. Portanto, é necessária cautela na análise, evitando vaticínios apressados e olhando com aten-

ção para os dados, pois eles ajudam a explicar a atual conjuntura e sugerem o que devem ser as preocupações norteadoras das estratégias das campanhas.

Vejamos o que traz a última pesquisa Quaest.

Um primeiro dado notável é que apenas 9% dizem ser a economia o principal problema do País. Como então supor acriticamente que o mal-estar com o governo seja causado apenas por percepções econômicas negativas? Vejamos entre quais segmentos do eleitorado mais piorou a avaliação do governo e, consequentemente, a intenção de voto em Lula.

Hoje, a desaprovação é maior e crescente entre os mais jovens e os de meia-idade, ou seja, os economicamente ativos. Também aumentou significativamente entre aqueles de renda intermediária (de 2 a 5 salários mínimos), refletindo-se nas intenções eleitorais. Lula tem mais votos do que a soma dos candidatos de direita apenas entre os maiores de 60 anos e os mais pobres.

Ainda que Lula seja favorito entre os mais pobres, entre eles (além de entre os de renda intermediária) piorou, no entanto, a percepção sobre a economia de modo geral. Uma das possíveis causas dessa degradação é o aumento dos preços de alimentos, notado por todos os segmentos de renda. Além disso, os mais pobres se queixam de maior dificuldade para conseguir emprego.

Muitos analistas apontam o endividamento como causa da queda na avaliação do governo e nas intenções de voto em Lula. De fato, aumentaram aqueles que se dizem endividados. Tal incremento se deu, porém, entre os que dizem ter poucas dívidas, o que sugere ser o problema de magnitude moderada, podendo ser enfrentado com políticas focalizadas,

como a liberação de recursos do FGTS, que, ressalve-se, aliviaria a vida apenas dos que estão na economia formal, mas não a dos demais. Nesse sentido, 70% apoiam programas de auxílio a famílias endividadadas e o “Desenrola” é aprovado por 46% dos entrevistados, embora outros 45% nem sequer o conheçam.

O que parecia um trunfo eleitoral para Lula, a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, não sensibilizou o eleitorado. Dois terços não se veem como beneficiados, frustrando expectativas, pois em outubro de 2025 dois quintos acreditavam que seriam. Metade dos eleitores não percebeu ganho de renda advindo dessa política e só um terço a notou, mas de forma pouco significativa.

Outro sinal de alerta para Lula é a piora entre eleitores “independentes” (centristas), dentre os quais as candidaturas direitistas somadas o sobrepujam largamente no primeiro turno. Flávio Bolsonaro inverteu de posição com o presidente nesse eleitorado, subindo 10 pontos percentuais (de 23% para 33%), com Lula perdendo 11 (de 37% para 26%). Nesse estrato, a rejeição a Lula é 7 pontos maior que a do senador (61% a 54%). Certamente para isso conta o aumento da percepção entre esses eleitores de que as notícias negativas para o governo aumentaram – claro que há o caso de Lulinha, mas o mais provável é que pesem as notícias negativas sobre atores associados pelo eleitor ao governo, como o STF. Não à toa, Lula começou ativamente a tentar desvincular-se das lambanças dos magistrados no caso Banco Master.

Claro que a economia importa na decisão do voto, mas os dados não são categóricos a respeito. É preciso levar outros aspectos em consideração para entender o cenário e, claro, traçar estratégias. •

redacao@cartacapital.com.br

Obstáculo removido

CIÊNCIA UFRJ aponta solução para destravar a importação de insumos e equipamentos destinados à pesquisa

POR FERNANDO PEREGRINO E ROBERTO MEDRONHO*

Há momentos que redefinem trajetórias e rompem barreiras. Às vezes, uma mudança aparentemente técnica representa, na prática, uma inflexão histórica. É o caso da solução construída recentemente pela Universidade Federal do Rio de Janeiro para superar um obstáculo burocrático que, por mais de duas décadas, limitou o avanço da pesquisa científica no País.

Durante anos, pesquisadores brasileiros conviveram com uma contradição estrutural: ao mesmo tempo que o Brasil ampliava sua capacidade de produzir conhecimento, mantinha restrições severas à importação de insumos e equipamentos essenciais para a pesquisa. A UFRJ, maior e mais produtiva das universidades federais, foi também uma das que mais sofreram com esse modelo. Não foram poucos os casos de experimentos interrompidos, projetos descontinuados e teses prejudicadas pela simples impossibilidade de acesso a materiais importados.

Essa limitação tem origem na Lei nº 8.010/1990, que, embora tenha representado um avanço ao conceder isenção de impostos para bens destinados à pesquisa, estabeleceu uma cota anual para essas importações. Na prática, trata-se de

uma fração ínfima do total das importações brasileiras – algo próximo de um milésimo. Uma restrição desproporcional para um país que ainda luta para consolidar sua base científica e tecnológica.

Mais grave: os bens importados para pesquisa não são consumo, mas investimento. Representam a base material da capacidade de produzirmos conhecimento, da formação de recursos humanos qualificados e do desenvolvimento de tecnologias estratégicas. São, portanto, investimento na soberania nacional. Em contraste, grande parte da pauta de importações do País destina-se ao consumo ou a cadeias produtivas pouco intensivas em conhecimento.

Ao longo das últimas décadas, essa limitação tornou-se um obstáculo concreto à expansão da nossa infraestrutura

A iniciativa pode beneficiar outras universidades federais, com uma redução de custos entre 40% e 60%



científica. Mesmo com o crescimento dos investimentos públicos em ciência e tecnologia, impulsionados por instituições como Finep e BNDES, a cota permaneceu rígida e insuficiente. O contraste é evidente: enquanto o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) cresceu e alcançou perto de 14 bilhões de reais por ano, a capacidade de importar equipamentos permanecia artificialmente limitada, criando um gargalo no sistema.

Diante desse cenário, a UFRJ decidiu agir. Em dezembro passado, formalizou consulta ao Ministério da Fazenda e à Receita Federal, indagando se a universidade, por ser uma autarquia federal, poderia aplicar à importação de bens destinados à pesquisa a imunidade tributária re-



cíproca prevista no artigo 150, inciso VI, alínea “a”, da Constituição Federal. Trata-se de um princípio claro: entes federados não podem cobrar impostos entre si.

A resposta, recebida em fevereiro, foi decisiva. A Receita Federal reconheceu a possibilidade de aplicação desse dispositivo, desde que atendidos determinados requisitos operacionais. Entre eles, a utilização das fundações de apoio como executoras das importações, na modalidade “por conta e ordem” da universidade, com a instituição como adquirente real e destinatária final dos bens.

Esse entendimento foi reforçado por análises jurídicas da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria Federal da UFRJ. Ficou estabelecido que os recursos geridos pelas fundações, ainda que opera-

cionalmente descentralizados, mantêm natureza pública e pertencem à universidade. Assim, não há ruptura jurídica, e sim adequação do modelo à Constituição.

O resultado é a remoção de uma barreira histórica. A partir dessa solução, torna-se possível ampliar e modernizar a infraestrutura científica nacional em ritmo compatível com as demandas contemporâneas do nosso país. Áreas estratégicas como defesa, saúde, energia, minerais críticos, comunicações, Inteligência Artificial e biotecnologia, assim como as pesquisas básicas, passam a contar com melhores condições para avançar.

Os impactos são expressivos. Estima-se uma redução entre 40% e 60% no custo final das importações para pesquisa, o que representa um ganho dire-

Impacto. O sistema universitário é responsável por cerca de 90% da produção científica no Brasil

to de eficiência no uso de recursos públicos. Mais que isso, elimina-se a incerteza associada às cotas, permitindo um planejamento de médio e longo prazo para os projetos científicos.

Há ainda um efeito sistêmico relevante. Ao destravar a importação de equipamentos e insumos, cria-se um ambiente mais favorável à inovação e à interação entre universidades, empresas e governo. Isto se alinha diretamente aos objetivos da nova política industrial brasileira, que busca fortalecer cadeias produtivas intensivas em tecnologia, aumentar a complexidade da nossa economia e reduzir a dependência externa em áreas críticas. O Brasil da pesquisa científica se alinharia mais ainda com o Brasil da Nova Indústria promovida pelo governo federal.

Resta, agora, a consolidação desse entendimento em caráter vinculante pela Receita Federal, já solicitada pela UFRJ, permitindo sua extensão às demais universidades federais. Trata-se de um passo necessário para transformar uma solução institucional em política pública de alcance nacional.

O sistema universitário é responsável por cerca de 90% da produção científica no País. Fortalecê-lo não é apenas uma questão acadêmica, mas uma estratégia de desenvolvimento. A superação dessa barreira representa, portanto, mais do que uma conquista administrativa: é um avanço na direção de um Brasil mais soberano, inovador e preparado para os desafios do século XXI. •

**Fernando Peregrino é pró-reitor de gestão e governança da UFRJ. Roberto Medronho é reitor da universidade.*

Tornozeleira neles

ENTREVISTA A ministra Márcia Lopes detalha ações do governo para fechar o cerco aos agressores de mulheres

No início de abril, o presidente Lula sancionou duas leis para reforçar a proteção às mulheres. Uma inclui a violência vicária na Lei Maria da Penha e prevê penas de até 40 anos para quem matar filhos, parentes ou pessoas próximas com o objetivo de causar sofrimento psicológico à companheira ou à ex – proposta que ganhou força após o assassinato de duas crianças em Itumbiara (GO), cometido por um secretário municipal inconformado com a suposta traição da esposa. A outra regulamenta o uso de tornozeleiras eletrônicas por agressores e amplia a punição pelo descumprimento de medidas protetivas. Em entrevista à repórter **Mariana Serafini**, a ministra das Mulheres, Márcia Lopes, afirma que o governo realizou um diagnóstico para identificar falhas no sistema de proteção, levantando quantas tornozeleiras serão necessárias, “e já há um processo licitatório em andamento para equipar as delegacias”.

CartaCapital: Recentemente, o presidente Lula lançou um pacto nacional contra o feminicídio, com a participação do Executivo, Legislativo e Judiciário. Quais serão as atribuições de cada um dos poderes?

Márcia Lopes: O presidente está indignado com a escalada da violência contra a mulher e com a dificuldade de identi-

ficar os problemas, por isso apresentamos a ele um diagnóstico. A partir disso, ele convocou representantes dos Três Poderes e lançou o desafio de criar o Pacto Brasil Contra o Feminicídio, pelo qual cada ente federativo deve revisar e avaliar suas ações para ampliar a proteção. Também foi criado um comitê interinstitucional, coordenado pela Secretaria de Relações Institucionais.

CC: Há tornozeleiras eletrônicas suficientes para monitorar todos os agressores de mulheres? Como garantir essa proteção em cidades pequenas, onde as delegacias nem sempre têm estrutura adequada?

ML: Esta é uma questão que estamos tratando com o Ministério da Justiça. O projeto é importante porque amplia a segurança: muitas vezes, a mulher denuncia, obtém a medida protetiva, o agressor é preso, mas logo é solto, o que a deixa vulnerável. A nova legislação permite que o próprio delegado determine o uso da tornozeleira, sem precisar aguardar decisão judicial. A Secretaria Nacional de Justi-

ça está levantando quantas serão necessárias, e já há um processo licitatório em andamento para equipar as delegacias.

CC: Lula também sancionou um Projeto de Lei que altera a Lei Maria da Penha, o Código Penal e a Lei dos Crimes Hediondos, para punir com mais rigor a violência vicária. Qual é a dimensão desse problema no Brasil?

ML: Temos identificado muitos casos, até porque estamos investindo em campanhas para reduzir a subnotificação. Estruturamos o Ligue 180 com um investimento de quase 100 milhões de reais para implantar um painel de dados estaduais integrados. Alguns estados ainda não aderiram ao acordo de integração, e estou enviando ofícios aos governadores para entender o motivo. Apenas em 2025, registramos 7.064 denúncias de violência vicária. Trata-se de uma forma muito cruel de vingança contra as mulheres. Agora que passou a ser lei, esse crime poderá ser mais bem identificado e punido, e esperamos que os indicadores reflitam esse avanço.

CC: Nos últimos anos, houve um endurecimento das penas para agressores e assassinos de mulheres, mas os casos de feminicídio não param de crescer. O que pode ser feito além da responsabilização penal?

ML: Precisamos mudar a cultura e a consciência da sociedade. Firmamos um acordo com os ministérios da Educação e da Assistência Social para regulamentar o programa Lei Maria da Penha Vai à Escola. A partir de agora, todas as crianças do ensino básico terão conteúdos sobre direitos das mulheres. Esperamos que isso ajude a transformar essa realidade, porque os estudantes poderão discernir o certo do errado e até intervir no ambiente familiar. Já nas universidades e institutos federais, vamos implantar “cuidotecas” (*ambientes para acolher crianças de 3 a 12 anos, enquanto mães e pais estudam ou trabalham no*

“Apenas em 2025, o Ligue 180 registrou 7.064 denúncias de violência vicária”

Pacto nacional. “O presidente Lula está indignado com a escalada dos feminicídios”, comenta a ministra

período noturno) e estabelecer políticas de prevenção para estudantes e servidoras. O tema da violência também será incorporado aos conteúdos de graduação e pós-graduação. O machismo e a misoginia precisam ser enfrentados na raiz.

CC: O que o Estado pode fazer para ajudar a mulher a se desvencilhar da rede de violência e encontrar uma rede de apoio?

ML: As políticas públicas são intersetoriais. Temos a Casa da Mulher Brasileira, lavanderias coletivas, as cuidotecas e a Lei da Igualdade Salarial, fundamental para a autonomia econômica das mulheres. O Ministério da Saúde lançou o teleatendimento em saúde mental. Também sancionamos o Plano Nacional de Cuidados, com 79 ações de diferentes ministérios, incluindo a valorização do trabalho não remunerado de mulheres e meninas que muitas vezes deixam de lado atividades essenciais, como a escola, para cuidar de familiares. Está em fase de regulamentação a lei para a reconstrução da face, já que, em casos de extrema violência, as vítimas frequentemente sofrem agressões no rosto. Da mesma forma, defendemos a paridade política, para que ao menos 50% dos espaços de decisão sejam ocupados por mulheres. Queremos um Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres como uma política de Estado contínua e estruturada.

CC: O que a senhora acha da proposta de equiparar a misoginia ao crime de racismo?

ML: É uma lei necessária para complementar as demais. No Senado, o apoio do presidente Rodrigo Pacheco foi fundamental para a aprovação do projeto, mas, na Câmara, alguns deputados já



manifestaram resistência. No colégio de líderes, definiu-se que o tema precisa de mais discussão, mas espero que não seja arquivado. Criminalizar a misoginia, juntamente com o feminicídio e a violência digital, é uma forma de fechar o cerco aos agressores de mulheres.

CC: Em que medida a ausência de regulação das redes sociais favorece a atuação de grupos misóginos, sobretudo no contexto eleitoral?

ML: Quando o Estado não regula, abrem-se espaços para empresas que têm interesse apenas em lucrar. Esta é uma lu-

ta antiga do presidente Lula, mas não se trata de um problema de simples resolução. Existe uma lei-modelo sobre violência digital da Organização dos Estados Americanos, que buscamos incorporar em um Projeto de Lei em tramitação no Congresso. É um absurdo o uso da Inteligência Artificial para amplificar discursos de ódio e promover a chamada “machosfera”. Trata-se também de uma questão ética, que exige a construção de processos pedagógicos. O governo tem proposto regulamentações importantes e seguirá nessa linha. •



Escudo à crise

PETRÓLEO Estudo detalha os motivos de o Brasil estar razoavelmente protegido da crise causada pelos ataques ao Irã

POR CARLOS DRUMMOND

A pesar do choque no petróleo provocado pelos ataques dos Estados Unidos e Israel ao Irã, as perspectivas macroeconômicas do Brasil para 2026 permanecem favoráveis. A elevação nos preços do combustível afeta de modo positivo a atividade econômica, a balança comercial e a arrecadação, e gera inflação mais pronunciada apenas no caso de uma crise muito severa, concluem os economistas Rafael Leão, coordenador-geral de projeções econômicas do Ministério da Fazenda, e Guilherme Magacho, economista da Agência Francesa de Desenvolvimento, em artigo com estimativas do efeito do conflito na economia nacional. Ao lado da China, o País é considerado por vários economistas como um dos mais bem preparados para enfrentar o estrangulamento do suprimento pela obstrução parcial do Estreito de Ormuz. Entre as causas da resiliência nativa estão a resistência da Petrobras às tentativas de desmanche operadas nos governos Bolsonaro e Temer, o sucesso da tecnologia dos motores a etanol e os avanços na produção de biocombustíveis.

Em 2016, frisam Leão e Magacho, o País tornou-se exportador líquido de petróleo e derivados, com superávits comerciais crescentes. No ano passado, o óleo e derivados responderam por quase





16% do valor total das exportações brasileiras e por, aproximadamente, 8% das importações, saldo líquido positivo próximo de 32 bilhões de dólares. “Aumentos na cotação internacional como reflexo dos conflitos no Oriente Médio tendem a amplificar ainda mais esse saldo, contribuindo para elevar as exportações líquidas e o crescimento”, anotam.

Segundo o site BRICS Brasil, criado durante a presidência brasileira do bloco no ano passado, o País se consolidou

Em 2025, o petróleo e seus derivados responderam por 16% das exportações brasileiras

como importante fornecedor de petróleo para a China após a deflagração da guerra no Irã, tendência que deve manter-se forte neste ano. A *commodity* brasileira, de baixo teor de enxofre e rotas seguras, é altamente atrativa para as refinarias chinesas. A Petrobras atendeu à demanda extra sem riscos operacionais, via contratos de longo prazo com as estatais chinesas CNOOC e Sinopec, noticiou o site. Em março, as exportações de óleo para a potência oriental atingiram a



Alternativa. Os carros movidos a etanol e a adição do combustível à gasolina reduzem o impacto da alta do preço do barril no exterior. O Brasil terá ganhos nas vendas externas

máxima histórica de 1,6 milhão de barris por dia. A China comprou 67% do petróleo vendido pelo Brasil ao exterior, com receita de 3,1 bilhões de dólares no mês, alta de 111% em relação a março de 2025.

É preciso levar em conta, alertam Leão e Magacho, que os efeitos positivos da dinâmica alterada pela guerra podem ser contrabalançados pela redução na demanda mundial por outros bens e serviços exportados pelo Brasil, pelo aumento nos preços de importação e pela elevação nos juros como reflexo do impacto inflacionário do choque nos preços. A expectativa para este ano, acrescentam, mesmo diante do conflito, é de uma resiliência no crescimento, inflação em queda e cumprimento da meta do resultado primário das contas públicas. Consolidadas essas expectativas, a variação média de preços no atual governo terá sido a menor em comparação a mandatos anteriores, resultado obtido em simultâneo à recuperação do crescimento e ao fortalecimento da responsabilidade fiscal, projetam os economistas.

O Brasil é um dos países que começaram a criar alternativas energéticas muito antes da crise e tornou-se menos vulnerável ao choque atual, concorda a economista Laura Carvalho, diretora de Prosperidade Econômica e Climática da Open Society Foundations, rede de filantropia fundada pelo magnata George Soros, e professora associada de Economia da USP. Ela escreveu sobre a crise e o Sul Global no portal Project Syndicate. O País tem extensa infraestrutura de biocombustíveis, uma das maiores frotas de veículos *flex* do mundo e milhões de motoristas brasileiros podem escolher entre etanol 100% derivado da cana-de-açúcar ou gasolina misturada com 30% de biocombustível. “Como a gasolina produzida no mercado interno inclui uma parcela substancial de biocombustível, o produto refinado pela Petrobras, a gigante estatal de energia, permaneceu conside-



A expectativa é de **crescimento com inflação em queda** e meta de resultado primário atingida

ravelmente mais barato do que os equivalentes importados, protegendo os consumidores da volatilidade global do petróleo”, sublinha. Os preços da gasolina subiram apenas 5% em março, em comparação com cerca de 30% nos Estados Unidos, ressalta.

O Brasil é citado por Laura Carvalho como exemplo de resiliência no Sul Global, ao lado da China, que investiu durante mais de dez anos em energias renováveis, segmento que hoje representa 40% da geração de sua eletricidade, aumento de 26% no período. Os chineses acumularam reservas estratégicas de petróleo de mais de 1,2 bilhão de barris. O banco Goldman Sachs identificou em um relatório o domínio das energias renováveis como um dos “escudos” que protegem a economia chinesa.

Na elaboração das estimativas, os economistas do Ministério da Fazenda e da Agência Francesa de Desenvolvimento consideraram três situações prováveis de choque temporário, persisten-



Couro arrancado. A refinaria Landulpho Alves, privatizada durante o governo Bolsonaro, reajustou os preços do diesel em 87%. A Petrobras aumentou 12%

ra o crescimento da economia brasileira é positivo em 0,36 ponto percentual. O superávit comercial seria 10,3 bilhões de dólares maior, levando a uma valorização cambial de 4,5% e alta próxima a 0,58 ponto percentual na inflação. A receita líquida do governo, nesse cenário, aumenta em, aproximadamente, 96,6 bilhões de reais, segundo o estudo.

O choque nos preços elevaria o superávit da balança comercial de petróleo e derivados, efeito apenas parcialmente contrabalanceado pelo impacto do menor crescimento mundial sobre as exportações brasileiras e pelo aumento das importações, associado tanto aos reajustes quanto à expansão da atividade doméstica. Segundo o Fundo Monetário Internacional, para cada 10% de aumento no preço do petróleo há uma redução do crescimento global entre 0,10 e 0,15 ponto percentual.

O FMI elevou a projeção de crescimento do Brasil neste ano, de 1,6% para 1,9%, e afirmou que o País pode se beneficiar no curto prazo por ser exportador líquido de energia. Com esse desempenho, a economia brasileira desbancou a canadense e retoma o 10º lugar no ranking mundial.

O estímulo ao maior crescimento é neutralizado parcialmente por mudanças nos juros em reação à maior inflação. A reação das taxas tende a reduzir os efeitos positivos estimados para a atividade econômica. No caso da inflação ao consumidor, o choque exerce impacto direto, por meio da possível elevação dos preços da gasolina e do diesel nas distribuidoras, e impacto indireto, repercutindo a propagação para os demais bens e serviços da cesta. No modelo, a alta também é contrabalanceada pela apreciação cam-

bial decorrente do maior superávit comercial, além dos juros mais restritivos.

A alta nos preços do petróleo igualmente afeta a arrecadação federal, ao elevar os ganhos com *royalties* e participações especiais pagas pelas companhias exploradoras e os tributos recolhidos sobre o lucro das empresas da cadeia de produção, refino e distribuição de petróleo e derivados. Há ainda um impacto indireto em outras receitas, cuja base tributária possa se alterar em razão da mudança no preço da *commodity*.

A Agência Eixo, especializada em petróleo, gás e energia, destaca o aumento de custos provocado pela morosidade do embarque em meio à disparada dos preços do diesel e da gasolina por conta da guerra no Oriente Médio. A diária perdida com navios parados à espera do desembarque adiciona um custo oculto na importação de combustível, não explicitado no frete. No caso do diesel, o tempo de desembarque das cargas importadas pode dificultar a chegada do combustível ao Centro-Oeste, preocupação adicional para o agronegócio.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, declarou a jornalistas que segue a orientação do presidente Lula de minimizar o efeito da guerra no País. A adesão dos governadores ao subsídio na importação de diesel contribui para arrefecer a pressão altista do combustível. O governo taxou a exportação de petróleo para evitar o risco de desabastecimento interno, mas a decisão foi barrada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que negou o pedido da União “sem entrar na discussão”, sublinhou Durigan, que promete recorrer ao próprio tribunal ou mesmo ao STJ e ao STF, se necessário.

Os efeitos das privatizações predadoras de Bolsonaro ficaram ainda mais evidentes na crise. A Refinaria Landulpho Alves, na Bahia, privatizada no governo anterior, impôs alta de 87% no diesel, enquanto a Petrobras reajustou em 12%, segundo o Ministério de Minas e Energia. •

te ou grave, também denominado disruptivo, com alta das cotações, respectivamente, para 65,9, 82 e 100 dólares o barril. Na quarta-feira 15, a cotação oscilava em torno de 95 dólares, mais próxima do quadro grave. Nesta situação, os economistas consideram que a oferta é prejudicada pela destruição estrutural de instalações produtivas de extração e refino e por interrupções logísticas severas em diversos países do Oriente Médio, entre eles Bahrein, Arábia Saudita, Catar e Emirados Árabes Unidos, além do Irã, e redução significativa na oferta global.

Mesmo na hipótese ou cenário de choque grave, entretanto, o efeito pa-

Imagem borrada

AGRICULTURA Resolução do Conselho Monetário vincula o crédito rural a dados de satélite, mas há problemas na medição

POR ALLAN RAVAGNANI

Um pomar de caqui podado no interior de Minas Gerais, uma pastagem limpa em Mato Grosso, um cafezal plantado no lugar de eucaliptos em alguma fazenda do sul de São Paulo. Para o algoritmo do Prodes, sistema de monitoramento por satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), todas essas imagens podem ser confundidas com desmatamento ilegal. Desde 1º de abril, essa leitura imprecisa tem gerado como consequência o bloqueio do acesso ao crédito rural, sem aviso prévio, sem prazo para contestação e sem nenhum fiscal em campo para verificar o que de fato aconteceu.

A Resolução 5.268, editada em 2024 e confirmada pelo Conselho Monetário Nacional em dezembro do ano passado, transformou os dados do Prodes em critério de impedimento financeiro para propriedades com mais de quatro módulos fiscais. Especula-se que cerca de 50 mil contratos estão suspensos desde a entrada da norma em vigor. O problema é que o sistema foi concebido para monitorar desmatamento por corte raso, não para distinguir se a supressão de vegetação detectada é um crime ambiental ou a renovação de cultura autorizada pelo órgão competente. Até outubro passado, o sistema havia registrado 5,4 milhões de apontamentos ativos em proprieda-

des rurais, parte deles alertas disparados sobre atividades rotineiras do campo. O produtor que cai nessa lista perde o financiamento antes de qualquer análise, e volta ao jogo a presunção de culpa.

O Prodes opera desde 1988, restrito inicialmente à Amazônia Legal, expandido ao Cerrado em 2018 e a todos os biomas a partir de 2022. Trabalha com imagens de satélite com resolução entre 20 e 30 metros e detecta mudanças na cobertura vegetal. Cláudio Almeida, coordenador do Programa BiomasBR do Inpe, explica que o sistema opera com um princípio preciso, e uma vez que a vegetação nativa é suprimida, aquela área passa a integrar uma máscara de desmatamento acumulado e deixa de ser monitorada.

Conversões em áreas desmatadas não deveriam gerar novos apontamentos. O problema aparece quando os polígonos do sistema se sobrepõem incorretamente ao Cadastro Ambiental Rural, ou quando os bancos confundem dados do Prodes com alertas do Deter, sistema de

detecção diária com acurácia menor e finalidade distinta, voltado à fiscalização. Segundo estimativa da Aprosoja de Mato Grosso, em trabalho com o Banco do Brasil, cerca de 90% dos casos que chegam às agências são inconsistências, não desmatamento real.

Para Leonardo Rodovalho, CEO da Nagro Fintech, o nó está na arquitetura da norma. “O produtor chega com o planejamento da safra pronto, com insumo para comprar, e descobre que o dinheiro travou, não por fraude, não por irregularidade, mas por uma leitura de satélite que muitas vezes está errada.” A norma não prevê indeferimento automático, mas cada banco estabelece uma política interna e a maioria trata o apontamento como trava direta.

A razão jurídica explica: as instituições financeiras podem ser responsabilizadas civilmente por danos ambientais decorrentes de crédito concedido a atividades sem as devidas autorizações. Diante desse risco, o caminho mais seguro para o banco é bloquear e exigir documentação, mas quem paga pela cautela é o produtor.

Quem tenta contestar um apontamento indevido enfrenta a burocracia. Fernando Kuyven, sócio do MKR Advogados, descreve o que acontece: o produtor precisa reunir o CAR atualizado, imagens históricas de alta resolução, laudo técnico agrônomo assinado por profissional com registro no Crea, eventuais autorizações de supressão de vegetação e fotografias georreferenciadas da área. Com toda essa documentação, o processo administrativo leva em média seis meses. Para quem depende do crédito para fechar a safra, é tempo demais. Existem decisões liminares favoráveis em primeira instância, especialmente no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, mas ainda falta uma jurisprudência consolidada

O sistema não separa crime ambiental da prática agrícola regular



Barreira. A norma do BC entrou em vigor em abril e levou à suspensão de milhares de contratos. Há uma inversão do ônus da prova, reclamam agricultores

mo critério de bloqueio, sem que o sistema tenha sido desenhado para essa função. Os efeitos práticos equivalem a uma inversão do ônus da prova. O produtor precisa demonstrar a inexistência de irregularidade para superar a restrição.

O Plano Safra registrava retração nas linhas tradicionais antes de o Prodes entrar em cena e o investimento convencional recuou 20% nas contratações e 33% nas concessões efetivas. O Moderfrota despencou 49% e o Pronamp, voltado ao médio produtor, encolheu 34%. Ao mesmo tempo, 62% dos recursos equalizáveis do Plano Safra ainda não foram contratados, apesar de haver dinheiro disponível. As barreiras de acesso se multiplicaram.

Os mais vulneráveis são os produtores de culturas perenes, café, caqui, fruticultura, para quem a poda drástica ou o replantio periódico é indistinguível, aos olhos do satélite, de um desmatamento. A partir de janeiro de 2027, a norma será estendida a imóveis menores, atingindo a agricultura familiar. Se o sistema não for corrigido até lá, o alcance do problema mudará de escala.

O Ibama lançou, em fevereiro, o Painel Sinaflor x Prodes, que cruza dados de satélite com autorizações ambientais e permite distinguir supressão legal de ilegal. O Inpe mantém um canal de atendimento para a revisão de polígonos contestados, ferramenta que poucos conhecem. A pergunta sem resposta é porque esse cruzamento não foi exigido como condição para a norma entrar em vigor. O próprio Inpe diz não saber informar. A resposta terá de vir do Conselho Monetário Nacional ou de instâncias superiores. ●

da no Superior Tribunal de Justiça ou no Supremo Tribunal Federal, e o desfecho varia conforme o caso. “A oportunidade de defesa surge apenas após a efetivação do bloqueio, o que configura uma grave violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa previstos constitucionalmente”, afirma Kuyven.

As advogadas Larissa de Almeida e

Letícia Yumi Marques, do Fonseca Brasil Serrão Advogados, lembram que a análise socioambiental no crédito não nasceu agora. Os Princípios do Equador, protocolo internacional dos anos 2000, previam critérios de sustentabilidade para instituições financeiras, e o CMN passou a endurecer as regras gradualmente desde 2021. A novidade deste ano é o uso do Prodes co-

ADALBERTO VIVIANI

Consultor de marketing e comunicação
especializado em bens de consumo



O urso da Cimed

► **A farmacêutica ultrapassa a marca de 1 bilhão de reais de faturamento no trimestre e mira o segmento de *whey protein***

A Cimed começou 2026 em ritmo acelerado e mostra musculatura para crescer muito. No primeiro trimestre, a farmacêutica alcançou a marca de 1 bilhão de reais em faturamento, impulsionada por um crescimento de cerca de 20% nas vendas para o varejo e de 25% no consumo na ponta. No ano, a companhia projeta expansão em torno de 15%. O resultado deverá ser atingido pelo aumento de volume em medicamentos, especialmente genéricos, fortalecimento das marcas de consumo e entrada em novas categorias. A meta é chegar a 10 bilhões de reais de receita até 2030, o dobro do tamanho atual. A empresa também prepara uma entrada agressiva no *e-commerce* com a nova marca de suplementos esportivos, a Urso. O foco de lançamento é o segmento de *whey protein*, o maior mercado voltado para os frequentadores de academias que buscam performance física. Não foi confirmada a data de lançamento, mas a empresa tem adotado uma linha de atuação voltada para impactar o mercado com imagens das futuras embalagens. O design é agressivo e busca diferenciar-se da concorrência no primeiro olhar. A incursão da Cimed no segmento e, em especial, no *e-commerce* criará outro valor para o negócio: alto grau de aprendizagem em uma operação que tem poten-

cial para crescer e dá à empresa a oportunidade de compreender imediatamente as reações do mercado em relação aos produtos. Se a linha é para quem busca performance, a Cimed também poderá encontrar nesse campo bons resultados.

Paçoca no pote

A Paçoquita acaba de dar um passo além da clássica paçoca e entrar no universo das pastas de amendoim com o lançamento da Paçoquita Power, linha zero adição de açúcares que chega aos pontos de venda de todo o País em potes de 500 gramas. O produto mira consumidores com rotina ativa que buscam praticidade e uma alimentação mais equilibrada sem abrir mão do sabor. A Paçoquita Power acompanha a tendência de “indulgência fit”, combinando cremosidade e crocância com atributos como zero lactose, sem glúten e formulação vegana, e estreia em três versões. A nova linha reforça o portfólio da Paçoquita, tradicional líder em paçocas no Brasil e sinônimo da categoria há décadas, e é produzida pela Santa Helena, indústria referência em produtos à base de amendoim. A Santa Helena tem diversificado o mix alterando a roupagem e o uso de seus produtos, modernizando a relação com os consumidores. Esse lançamento surge como parte desse movimento para dialogar com o público de performance, bem-estar e alimentação saudável.

China no comando

A Zeekr está promovendo uma virada importante na sua presença no Brasil. A operação local passa a ser comandada diretamente pela matriz chinesa, parte de um redesenho global do Grupo Geely. A subsidiária brasileira deixa de operar sob um modelo compartilhado e passa a responder diretamente ao centro de decisões na

China e à estrutura regional da América Latina. Até agora, a gestão da Zeekr Brasil era feita em parceria com empresários locais e grupos de concessionários. Essa fase serviu para construir relação com o mercado e desvendar o comportamento dos consumidores brasileiros. Ela conseguiu posicionar a marca e criar a primeira fase da distribuição de seus modelos. A mudança ocorre por três motivos principais apontados pela Zeeker e por analistas especializados do mercado: alinhar o Brasil às diretrizes globais de governança do Grupo Geely, cortar intermediários para ganhar agilidade nas decisões e acelerar a expansão comercial. Com o comando direto da China, a empresa quer reagir mais rapidamente em temas como definição de portfólio, política de preços, importação de novos modelos, estruturação do pós-venda e abertura de novas concessionárias *premium*. A reestruturação também prepara o terreno para a chegada da Lynk & Co, outra marca do grupo, que deve compartilhar sinergias de produto e rede com a Zeekr no Brasil.

Mixue na Paulista

A Mixue, gigante chinesa de sorvetes e chás gelados de baixo custo, inaugurou no sábado 11 de abril a primeira loja no País, no Shopping Cidade São Paulo, na Avenida Paulista. A unidade deve funcionar como vitrine da operação no Brasil. Fundada em 1997, a marca é considerada a maior rede global de sorvetes e bebidas geladas, com algo entre 47 mil e 60 mil lojas no mundo, a grande maioria concentrada na China. O modelo de negócios é baseado quase totalmente em franquias, e a empresa ganha escala por meio do fornecimento de insumos, equipamentos e embalagens aos franqueados. •

redacao@cartacapital.com.br

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

Economista, foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS em Xangai, e diretor-executivo no FMI pelo Brasil e mais dez países



Antissemitismo e antissionismo

► **O ponto central é a confusão perigosa que os sionistas, poderoso lobby transnacional, tenta fazer entre os dois fenômenos**

Volto a um tema que tem dado pano para manga. Qual é o ponto essencial do debate sobre antissemitismo e antissionismo no mundo? Talvez seja a confusão desonesta e perigosa que os sionistas, um poderoso *lobby* transnacional, tenta fazer entre os dois fenômenos.

O tema é complexo. Remeto o leitor ou a leitora à versão completa deste artigo publicada no site de *CartaCapital*.

No Brasil, há muitos intelectuais que escrevem com grande competência sobre esse tema – entre outros, Paulo Sérgio Pinheiro, Reginaldo Nasser, Cláudia Assaf, Arlene Clemesha, Glenn Greenwald, Breno Altman e Bruno Huberman. Os três últimos são de origem judaica.

Vamos tentar esclarecer didaticamente a diferença, ainda que correndo o risco de resvalar para o óbvio ululante. Mas não importa. Como dizia Nelson Rodrigues, o óbvio deve ser cultivado, pois ele sempre teve e terá inimigos implacáveis, refletindo uma mistura de burrice, ideologia e interesses.

O que é o antissemitismo? É uma das muitas formas de racismo ou discriminação. Condena-se um povo inteiro, uma raça ou uma etnia, apontando os vícios e as violências de uma parte. Ainda que essa parte seja numerosa e influente, isso constitui uma generalização e, em geral, uma injustiça.

Antissionismo é algo essencialmente diferente. Trata-se da condenação de um projeto político, o sionismo, originado na Europa no fim do século XIX, com o judeu germânico Theodor Herzl, e que resultaria na implantação de Israel na Palestina, em 1948. Uma terra para os “judeus errantes”, pedia-se. Mesmo que isso significasse roubar as terras dos palestinos e cometer contra eles, desde o início e mesmo antes de 1948, toda sorte de violência, terrorismo e discriminação.

Mas, notem bem. Nem todo judeu é sionista. E nem todo sionista é judeu. Há uma sobreposição importante entre judeus e sionistas, mas há muitas exceções. Os três judeus brasileiros mencionados acima, por exemplo. No exterior, o cientista político Norman Finkelstein e o historiador Ilan Pappé, entre muitos outros ilustres.

Há muitos sionistas não judeus. Por exemplo, os sionistas cristãos, em especial os pentecostais e neopentecostais, representados politicamente no Brasil pelas figuras deploráveis de Jair Bolsonaro, seus filhos e Tarcísio de Freitas, que não se envergonham de abraçar a bandeira de Israel e confraternizar com o genocida Benjamin Netanyahu.

De qualquer maneira, os judeus sionistas constituem, provavelmente, a maior parte dos sionistas influentes e endinheirados, o que facilita a confusão que o *lobby* israelense quer promover entre antissionismo e antissemitismo. No Brasil, conseguiram, por exemplo, fazer com que a deputada Tabata Amaral apresentasse um projeto infame que tenta criminalizar como antissemitas as críticas a Israel e ao sionismo.

Vejam o paradoxo escandaloso. Quem é a principal força antissemita na atualidade? Ninguém menos que Israel! Por dois motivos, pelo menos. Primeiro, porque

promove o maior genocídio contra semitas desde a Alemanha nazista. Não podemos esquecer que os palestinos e os árabes em geral são povos semitas. Netanyahu é o maior genocida antissemita desde Hitler.

Segundo, porque o comportamento criminoso de Israel, apoiado pelo *lobby* sionista no resto do mundo, deu nova vida ao antissemitismo, entendido como discriminação e até ódio contra os judeus. Os praticantes e defensores do assassinato em massa de crianças e mulheres na Palestina por Israel, transmitido em tempo real, tornaram-se ironicamente os principais propagadores do antissemitismo.

Em defesa de Israel deve-se dizer que o país não é o único, longe disso, a ter praticado sistematicamente o genocídio. Israel é na realidade a continuação e desdobramento de algo maior – o colonialismo genocida europeu, uma das piores pragas da humanidade. Nenhuma região do mundo escapou da sanha criminosa dos europeus. Nem a América do Norte, nem a Central, nem a do Sul, nem a África, nem a Austrália, nem a Ásia. E nem os próprios judeus. São tantos os exemplos que nem vou começar a mencioná-los.

Israel dá continuidade a essa tradição tenebrosa. Não por acaso, em geral, os governos norte-americano e europeus deram e ainda dão tanto apoio ao projeto criminoso de Israel.

A verdade é que a história mundial teria sido muito melhor sem a expansão da civilização ocidental ou europeia, principalmente depois da Revolução Industrial, que colocou armas poderosas nas mãos de povos relativamente primitivos, a começar pelos ingleses.

Civilização? Quando questionado certa vez o que achava da civilização ocidental, Mahatma Gandhi respondeu: “Seria uma boa ideia”. •

redacao@cartacapital.com.br

Letras miúdas

FRANQUIAS O setor bate marcas históricas, mas os candidatos precisam ficar atentos aos termos dos contratos

Até o ano passado, havia um dado capaz de seduzir qualquer trabalhador com o sonho de empreender e algum capital guardado, talvez a verba rescisória de uma vida. O setor de franquias brasileiro atingiu a marca de 301,7 bilhões de reais em faturamento, crescimento de 10,5% em relação a 2024 e o maior resultado da história do segmento. Eram 202 mil unidades em operação, vinculadas a 3.297 redes. Números que sugerem solidez, escala e, acima de tudo, uma porta de entrada relativamente segura para o mundo dos negócios.

A promessa da franquia sempre foi a de se comprar uma estrutura testada, de uma marca conhecida e um sistema azeitado. O que os números não dizem é o que acontece quando o entusiasmo entra na sala antes da planilha e das letras miúdas do contrato.

Foram dois os casos que, no ano passado, devolveram ao mercado uma dose de realismo sobre o modelo. A Cacau Show, maior rede de franquias do País, com quase 5 mil lojas, e a Cresci e Perdi, rede de brechós com 560 unidades, viraram símbolos de um problema que não aparece nos *folders* de captação. Franqueados e ex-franqueados das duas redes levaram a público relatos de práticas que iam da pressão financeira ao assédio direto. No caso da Cresci e Perdi, vídeos mostraram a fundadora ameaçando os par-

ceiros, expondo nomes de lojistas e revelando a “vontade de dar na cara” de integrantes da rede. Houve ainda denúncias de muitas rescisórias de até 500 mil reais, *royalties* reajustados de forma abrupta e exigência de senhas de redes sociais sob ameaça de derrubada de páginas.

Na Cacau Show, as denúncias versavam sobre metas consideradas abusivas, taxas elevadas e pressão financeira sistemática sobre os franqueados. Ambas as empresas afirmaram, ainda em 2025, ter adotado medidas para resolver os problemas apontados.

Os casos geraram repercussão e alimentaram um debate que o setor carrega há anos sem resolver com efetividade. O modelo, regulado pela Lei 13.966, de 2019, e representado institucionalmente pela Associação Brasileira de Franchising, oferece instrumentos de proteção ao candidato a franqueado. O problema, como mostram essas histórias, está menos na ausência de regras e mais no momento em que a decisão é to-

mada, frequentemente antes de qualquer leitura cuidadosa do que foi assinado.

“O investidor entra guiado pela força da marca ou pelas projeções apresentadas, sem avaliar com profundidade os documentos e as regras que regulam a relação entre franqueador e franqueado”, afirma Ralph Fontes, advogado especialista em *franchising*. O candidato chega à negociação encantado com o *payback* prometido, com o reconhecimento da marca e com a sensação de segurança. O contrato, a Circular de Oferta de Franquia e os detalhes que definem a viabilidade real da operação ficam para depois, muitas vezes lidos às pressas ou delegados a terceiros sem qualificação técnica para avaliar.

A Circular de Oferta de Franquia, conhecida pela sigla COF, é o documento que funciona como o mapa completo do negócio. A legislação exige sua entrega com ao menos dez dias de antecedência à assinatura do contrato. Nela estão o histórico da rede, as demonstrações financeiras, os contatos de franqueados atuais e ex-franqueados, a descrição do modelo, a estimativa de investimento, as taxas, as regras de exclusividade territorial e a minuta do contrato. “A COF traz um verdadeiro raio X do negócio”, explica Natan Baril, diretor-jurídico da ABF. Para Fontes, o problema começa quando esse raio X é recebido e ignorado. “Ignorar esse documento é abrir mão da principal fonte de informação disponível antes de assinar qualquer coisa.”

Entre os erros mais frequentes identificados pelo especialista está a confusão entre exclusividade física e exclusividade de mercado. Confirmar que nenhuma outra unidade operará na mesma rua não basta. A pergunta relevante é se a franqueadora pode atuar no mesmo território por *e-commerce*, aplicativos, *marketplaces* ou canais digitais diretos, modalidades que podem corroer o faturamento da unidade local sem que o contra-

No ano passado, o segmento faturou mais de 300 bilhões de reais



to seja tecnicamente violado. Outro ponto recorrente é a subestimação do impacto dos fornecedores obrigatórios. Redes costumam exigir a compra de insumos de fornecedores homologados, com cotas mínimas e limitação de negociação. O impacto sobre a margem e o capital de giro frequentemente só se torna visível depois que as portas foram abertas.

Há ainda um erro que Fontes considera dos mais graves por ser dos menos discutidos. A maioria dos candidatos a franqueado avalia as condições de entrada no negócio, mas ignora aquelas de saída. Saber se a unidade pode ser vendida, em que circunstâncias, se a franqueadora tem direito de preferência e quais as restrições para transferência de controle definem o quanto aquele negócio realmente pertence a quem o operou. Somam-se a isso as cláusulas de não concorrência, que entram em vigor especialmente ao fim do contrato e podem restringir por anos a atuação profissional do ex-franqueado

Ajustes. A CacauShow e a Cresci e Perdi dizem ter sanado as disputas com os franqueados após as reclamações



em atividades consideradas concorrentes.

A ABE, por sua vez, reconhece os riscos do ambiente. Baril aponta que o cenário macroeconômico, com juros elevados e crédito mais caro, pressiona tanto a abertura de novas unidades quanto a sustentabilidade das operações em curso. Para 2026, a projeção da entidade é de crescimento entre 8% e 10%, com expectativa de acomodação gradual das condições econômicas. A taxa de encerramento de unidades em 2025 ficou em 7,4%, patamar que a associação considera inferior ao observado em negócios independentes. Baril ressalva que o encer-

ramento de uma unidade nem sempre representa insucesso, podendo refletir reorganizações estratégicas, mudanças de cidade ou decisões de portfólio.

As franquias continuam a ser uma das principais portas de acesso ao empreendedorismo no Brasil. O setor emprega quase 1,8 milhão de trabalhadores diretamente e segue em expansão, com crescimento relevante em cidades de médio e pequeno porte. Mas a porta tem travas. Reconhecê-las, antes de girar a chave, continua sendo a única proteção que nenhuma regulação consegue substituir. •
 – por Allan Ravagnani

Máquinas de pensar?

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL Seu avanço oculta o monopólio de dados e ajuda a bloquear o pensamento

POR MANFRED BACK E LUIZ GONZAGA BELLUZZO

“...a tirania da IA preside ao nascimento de uma besteira desconhecida até agora – a estupidez artificial – espalhada por toda parte, nas telas e redes informáticas. Então a besteira natural pode ganhar nobreza como loucura.”
(Jean Baudrillard)

Inteligência Artificial vs. Artificial Inteligência, eis a questão, diria Hamlet! Seria a destruição criadora ou a destruição destruidora?, diria Schumpeter. No artigo *Máquinas de Computação e Inteligência*, Alan Turing, em 1950, fez um teste, criou uma máquina para verificar se a inteligência das máquinas seria equivalente à inteligência humana. Testou se a inteligência dita artificial é inteligência ou não.

Alan Turing faz uma premonição: “Acredito que a pergunta original, ‘as máquinas podem pensar?’, é insignificante demais para merecer discussão. No entanto, acredito que, no final do século, o uso das palavras e a opinião geral das pessoas instruídas terão mudado tanto que será possível falar de máquinas pensando sem esperar ser contrariado”.

Esse momento chegou e qualquer análise rigorosa e crítica sobre as cau-

sas e consequências da Inteligência Artificial na vida, comportamento e pensamento das pessoas, não pode ser contrariada. O que Turing chamou de Jogo da Imitação hoje seria o modelo LLM (Large Language Models)! Imitar é diferente de pensar, para isso gastam-se trilhões de dólares em armazenamento de dados e informações, consumindo energia e água. Para quê? Melhorar a capacidade de imitar, não de pensar, Artificial Intelligence.

Entre o fim de 2025 e meados de 2026, a Amazon captou 15 bilhões de dólares em títulos de crédito privado, a Open IA captou 122 bilhões de dólares, o Google 32 bilhões de dólares e a Oracle perto de 45 bilhões de dólares. Uma transferência brutal de recursos de investidores no setor de IA. Quantos empregos criaram? Quantos empregos destruíram? Nesse Jo-

No final, o “empobrecimento” e a submissão da subjetividade dos indivíduos “livres” e seu mundo



go da Imitação de trilhões de dólares, a facilidade cobrará seu preço, não aos donos do Vale do Silício, mas aos pobres mortais.

O avanço de rotinas e os atendimentos mais rápidos escondem o monopólio de dados, ou melhor, a intimidade das pessoas. Tudo vira dado, dado vira *commodity*, que vira dinheiro, que vira controle, que vira poder. Ninguém escapa.

Evgeny Morozov, doutor em História da Ciência pela Universidade de Harvard, grande pesquisador e crítico do poder do Vale do Silício, no seu grande e importante livro *Big Tech, a Ascensão dos Dados e a Morte da Política*, faz um alerta sobre o poder de vigilância das corporações:

“A tecnologia digital da atualidade, ficou evidente, não é apenas ciência aplicada, como ainda sustentam as filosofias mais vulgares da tecnologia. Ela é, na verdade, um emaranhado confuso de geopolítica, finança global, consumismo desenfreado e acelerada apropriação corporativa dos nossos relacionamentos mais íntimos... nossa sociedade digital,



Gastos de trilhões de dólares em armazenamento de dados, consumo absurdo de energia e água para melhorar a capacidade de imitar

quaisquer que sejam suas falhas, não é a causa do mundo em que vivemos, e sim consequência dele”. (Evgeny Morozov)

Quanto mais acumula dados e dinheiro, mais você deixa de pensar, basta consultar a IA, e assim vai, recorrentemente. Você colabora de graça com os algoritmos, vendendo de graça seus dados, seu pensamento, suas emoções e desejos. Sem perceber, passa a não usar mais seus neurônios, e como não pensa, não usa energia cerebral. Você se torna uma ‘Artificial Inteligência’, porque terceiriza todo o seu ser a um banco de dados. Quem é a máquina? Quem imita quem?

Nos alerta Maryanne Wolf, professora residente de Educação da UCLA, diretora do Centro de Dislexia, Alunos Diversos: o ato de ler acrescentou um circuito inteiramente novo ao repertório do nosso cérebro de hominídeos no longo processo evolutivo de aprender a ler bem e em profundidade. Mudou nada menos que a estrutura de conexões desse circuito e isso fez com que mudassem as conexões do

cérebro, com a consequência de transformar a natureza do pensamento humano.

Onde o cérebro gasta mais energia e conexões é no ato de ler e pensar, e depois escrever no papel. Esse é o movimento da inteligência. Ao digitar e consultar a IA, seria a morte da inteligência.

Diz o ditado popular: criar dificuldades para vender facilidades. A Inteligência Artificial facilita a obstrução do pensamento.

No livro *How Big-Tech Barons Smash Innovation and How to Strike Back*, Ariel Ezrachi trata das consequências sociais e políticas do domínio das *big techs*:

“A utopia tecnológica intensa dos anos 1990 agora parece uma distopia, em que muitos dispositivos, aplicativos e serviços vêm de ecossistemas digitais controlados por poucas empresas poderosas (que chamamos de ‘Barões da Tecnologia’). Pense, por exemplo, na Alphabet (Google), Apple, Meta (Facebook), Amazon e Microsoft (GAFAM para abreviar).

“Esses Barões da Tecnologia não ape-

nas governam a concorrência dentro de seus ecossistemas rigidamente controlados por eles, mas também determinam a natureza da inovação que chega ao mercado. E, para proteger seus interesses, eles garantem avançar e permitir inovações apenas que não atrapalhem seus modelos de negócios e lucros.”

Pedimos licença para recorrer a Karl Marx. Nos *Grundrisse*, ele argumenta que “o desenvolvimento do capital fixo indica o grau em que o conhecimento social se tornou uma força direta de produção e em que medida, portanto, o processo da vida social foi colocado sob o controle do General Intellect e passou a ser transformado de acordo com ele”.

O conceito de capital fixo em Marx envolve, portanto, um potencial inesgotável de avanço tecnológico, o que implica necessariamente a criação de aparatos educacionais e científicos institucionalmente articulados.

O General Intellect institui-se como forma de apropriação dos significados do conhecimento humano, em particular dos códigos da ciência. O capital toma para seus propósitos a educação, cujos métodos e objetivos são ajustados aos requerimentos da aceleração da valorização do capital e da desvalorização do trabalho, no mesmo movimento em que impõe critérios de qualificação dos trabalhadores cada vez mais exclusivos e “excludentes”.

As condições de produção e de sobrevivência escapam cada vez mais ao controle dos cidadãos e os submetem aos seus movimentos. A automação crescente do processo de trabalho e a tendência à concentração e centralização das forças produtivas assumem diretamente, em sua forma material, o automatismo da acumulação, determinando o “empobrecimento” e a submissão da subjetividade dos indivíduos “livres” e de seu mundo da vida. ●



Juntar os cacos

ENTREVISTA Restabelecer a democracia na Hungria não será tarefa fácil, avalia Lajos Bokros, ex-ministro das Finanças

A JAMIL CHADE

A Hungria viveu uma experiência única nos últimos 16 anos. Descobriu, em plena luz do dia, como morrem as democracias. Com a derrota nas urnas de Viktor Orbán, o país tem tudo para entrar em uma nova fase, inédita no século XXI no Ocidente: como renascer as democracias. Na entrevista a seguir, o ex-ministro das Finanças da Hungria, Lajos Bokros, não esconde o entusiasmo com o fim do governo Orbán, denuncia o que chamou de “Estado mafioso” criado pelo líder da extrema-direita e destaca que o trabalho de reconstrução de uma democracia liberal será enorme. Bokros liderou a economia húngara nos primeiros anos após o fim da Guerra Fria e foi parlamentar europeu depois da adesão da Hungria à UE.

CartaCapital: Por qual motivo, desta vez, a oposição conseguiu reunir as condições para derrotar Viktor Orbán?

Lajos Bokros: São diversos fatores. Em primeiro lugar, “é a economia, estúpido”, como disse James Carville, assessor de Bill Clinton. A Hungria ainda vive profundas consequências da Covid-19 e, desde então, não há crescimento econômico. Está perdendo espaço e nível de desenvolvimento, mesmo entre os países do Leste e do Centro Europeu. O padrão de vida se deteriorou para muitos. Esse é um fator fundamental. Outro elemen-

to a ser considerado é que o governo, no poder há 16 anos, tinha exaurido sua capacidade de dar respostas. E isso foi sentido pela população. Não tinham novas ideias, novos planos. Os húngaros estavam exaustos de um governo ineficiente.

CC: Como se deu a ruptura entre Peter Magyar e Orbán?

LB: Há dois anos, houve um enorme escândalo em uma instituição de cuidados de crianças e que foi acobertado por gente influente, incluindo a presidente do país e a ministra da Justiça. Uma delas era a esposa de Magyar. Isso lhe deu um enorme ímpeto para começar algo novo. Ele tinha informação sobre o funcionamento do governo e dos crimes dos funcionários de alto escalão. Depois de tantos anos no poder, Orbán e seu grupo se degeneraram em um governo num estilo mafioso. A corrupção se transformou em um sistema de política de governo. Amigos e parentes de Orbán ficaram muito ricos em curto espaço de tempo. Até os mais leais ao partido de Orbán entenderam que havia algo de errado. Essa corrupção revelou a natureza dessa estrutura oligárquica. Em muitos países existe isso, dos EUA

ao Brasil, da Itália à Rússia. Mas não era conhecido por parte da população. Orbán e seus aliados ficaram tão arrogantes que ficou evidente, até para o povo, que se tratava de uma organização criminosa. Chamamos de um Estado mafioso.

CC: De que forma isso ocorria?

LB: Cerca de 20 famílias passaram a explorar quase tudo. Não apenas o Estado. Desviavam até dinheiro da UE. E, para completar, Orbán e seu grupo destruíram o Estado de Direito. O resultado foi uma deterioração dos serviços públicos, como saúde e educação.

CC: Por anos, a Hungria liderou um experimento de desmonte da democracia. Como vai ressuscitar agora?

LB: A primeira pergunta que precisamos fazer é se isso será realmente possível. Orbán colocou seus aliados em alguns dos cargos mais estratégicos e eles continuam nessas posições. Isso inclui cargos na imprensa, na educação, na economia e na administração. A boa notícia é que Magyar conseguiu eleger dois terços do Parlamento, o que lhe permitirá mudar a Constituição. Foi exatamente esse caminho que Orbán usou para destruir o Estado de Direito. Isso ocorreu em 2010 e, em um ano, escreveram uma Constituição nova e destruíram todas as principais instituições independentes, incluindo os tribunais, o Banco Central e a imprensa. Outro órgão fundamental que assumiram foi o da concorrência. No fundo,

Orbán instituiu um Estado mafioso, afirma



eles tomaram o Estado e, por quase duas décadas, colocaram aliados como funcionários de todos esses locais. Esse agora é um grande problema. Magyar pode usar o mesmo sistema. Orbán ainda cometeu um enorme erro. Distorceu o sistema eleitoral, acabando com princípios de proporcionalidade e permitindo que, com maioria relativa de votos, um partido possa facilmente atingir dois terços dos votos. Isso foi criado para eternizar Orbán no poder. Mas foi um grande erro e, agora, um novo partido, em apenas dois anos, conseguiu atrair toda a oposição e fazer o sistema funcionar a seu favor. Magyar obteve 53% dos votos, mas, pelo sistema, conquistou mais de dois terços do Parlamento. Se ele usar essa maioria de forma correta, pode restabelecer o Estado de Direito. Não será fácil.

CC: Para além do Estado de Direito, o que mais o novo primeiro-ministro terá de fazer para restabelecer a democracia?

LB: Muita coisa. Na economia, será fundamental restabelecer o sistema de livre-mercado, destruído por intervenções do governo para facilitar contratos

para amigos. As licitações públicas foram transformadas em um caminho fundamental para destinar dinheiro às empresas privadas. Na Hungria, apenas aquelas 20 famílias ganhavam contratos públicos. Isso permitia que destinassem enormes recursos apenas para esses grupos. Se esse cordão umbilical puder ser cortado entre o orçamento nacional e a oligarquia, uma parte de seus ativos não terá mais valor. Após a Covid-19, a UE criou programas para apoiar os setores econômicos. Bilhões de euros foram distribuídos. Mas o partido de Orbán destruiu o Estado de Direito e a Hungria deixou de receber 35 bilhões de euros. É verdade que, até agora, não sabemos exatamente qual será a política econômica de Magyar. Ele não deu respostas específicas a nenhum dos problemas econômicos. Vamos ver se sabe o que fazer e quanta coragem terá para tomar decisões que poderão ser pouco populares.

CC: Quais são esses desafios?

LB: O déficit fiscal é de mais de 5% do PIB numa economia estagnada. Muitos dirão que pacotes de austeridade serão necessários. Se você quer melhorar

Escolhas. Segundo Brokos (acima), Magyar (à esquerda) terá de fazer um ajuste na economia. A população, diz, estava cansada da ineficiência de Orbán

o país, você é confrontado com escolhas difíceis e que podem ser impopulares. Isso ocorreu comigo há 30 anos.

CC: O senhor viveu o fim da Cortina de Ferro e liderou a economia do país nos anos 1990. O que significou presenciar essa última eleição?

LB: Podemos chamar o que ocorreu de “terceira mudança de regime” na Hungria nos últimos 35 anos. A primeira mudança ocorreu em 1989, quando o sistema comunista entrou em colapso e iniciamos a democracia liberal. Isso durou 20 anos. Orbán chegou e destruiu a democracia liberal. Agora temos mais uma. É um novo começo e poderia ser a terceira mudança. Podemos ir de volta à democracia e ancorar o destino da Hungria no Ocidente. Isso vai exigir a recriação do Estado de Direito, um mercado competitivo e democracia. É só uma promessa ainda. Veremos. •

O bloqueio do bloqueio

IRÃ Sem a mínima ideia de como sair da encalacrada, Trump fecha o estreito que já estava fechado

POR JOÃO PAULO CHARLEAUX

Incapaz de reabrir o Estreito de Ormuz, Donald Trump partiu para uma estratégia diferente: fechar o estreito que já está fechado. A ideia do presidente norte-americano é fazer parecer que são os Estados Unidos, não o Irã, que exercem o controle sobre a passagem que tem pouco mais de 30 quilômetros de largura, e por onde, antes da guerra, trafegava 20% do comércio mundial de petróleo.

Ormuz foi fechado pelo Irã em 28 de fevereiro. Desde então, o regime iraniano determina quem pode ou não pode passar pela rota. O controle é exercido por meio da dispersão de minas marítimas em pontos específicos do canal. Além disso, drones aéreos e submarinos, juntamente com lanchas rápidas e peças de artilharia posicionadas em pontos estratégicos da costa escarpada, colocam navios de todas as nacionalidades na mira. Os países neutros ou aliados de Teerã têm passagem liberada. Já os navios norte-americanos ou que estão de alguma forma ligados ao comércio com os Estados Unidos, são bloqueados.

O bloqueio iraniano viola normas do direito internacional, mas o regime argumenta que a medida se justifica como única forma de se contrapor a uma agressão cometida por norte-americanos e israelenses de maneira também ilegal. A ideia

é cobrar por um pedágio e usar o dinheiro para reconstruir o país, castigado por mais de um mês de bombardeios aéreos.

A ONU diz que os países cuja costa serve de passagem para o comércio internacional, caso do Irã, não têm o direito de estrangular esses pontos vitais. Da mesma maneira, nenhum país tem o direito de iniciar uma agressão contra outro, como fizeram os Estados Unidos e Israel contra o Irã, sem ter sido antes atacado ou sem anuência do Conselho de Segurança das Nações Unidas. É nessa competição de ilegalidade que Trump não quer ficar para trás.

Primeiro, o presidente norte-americano tentou durante 40 dias liberar o estreito, mas não conseguiu. Logo no início do conflito, o republicano pensou que, ao matar o então líder supremo do Irã, Ali Khamenei, o regime inteiro cairia e floresceria uma democracia liberal no lu-

O estoque de ameaças do presidente dos EUA está em baixa



gar da teocracia que vigora no país desde 1979. Khamenei de fato foi morto logo nos primeiros lances desta guerra, mas o regime não apenas se manteve intacto como também encontrou no antagonismo aberto com um inimigo externo mais poderoso motivos para se mostrar ainda mais coeso e aferrado ao poder.

Com capacidade militar muito inferior à dos Estados Unidos, o Irã encontrou no bloqueio do estreito uma maneira de compensar sua desvantagem. Em pouco tempo, o preço do barril do petróleo Brent, usado como referência no mercado internacional, chegou perto dos 120 dólares. A alta histórica provocou efeito dominó na economia mundial, com consequências especialmente nocivas para um consumidor norte-americano que irá às urnas em novembro para renovar o Congresso.

Premidos pela alta dos preços, os Estados Unidos acreditaram que todos os aliados europeus responderiam ao chamado para liberar o estreito, mas o presidente da França, além dos primeiros-ministros da Espanha e do Reino Unido, juntamente com o chanceler da Alemanha, refugou. Nenhum deles aceitou participar do que a Europa classifica como uma agressão ilegal dos Estados Uni-



dos ao Irã. Essa retirada de apoio levou a Otan, a poderosa aliança militar que une europeus e norte-americanos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, ao estado comatoso em que se encontra agora.

Isolado e sem conseguir encontrar uma saída honrosa para a guerra, Trump passou a apelar para ultimatos e ameaças superlativas, como forma extrema de tentar dobrar o regime. Primeiro, ameaçou destruir toda a infraestrutura necessária à vida civil no Irã, incluindo pontes, viadutos, usinas de geração de energia elétrica e estações de tratamento de água. Como esse ultimato não surtiu efeito, partiu para outro, ainda mais grave, e simplesmente anunciou que acabaria com toda a civilização iraniana, de maneira que ela nunca mais pudesse se recompor. A declaração, de conteúdo abertamente genocida, provocou ultraje até mesmo entre seus aliados, e provou-se, além de tudo, um blefe.

Sem conseguir liberar o estreito à força e sem conseguir intimidar o Irã com seus ultimatos apocalípticos, Trump tenta agora tomar para si a iniciativa de fechar o estreito de maneira seletiva. A ideia do presidente dos Estados Unidos é impedir apenas o trânsito de embarcações que

Mais do mesmo. Após o fracasso das negociações comandadas pelo vice JD Vance, os EUA decidiram interceptar navios “inimigos” que passam por Ormuz



tenham como origem e destino os portos iranianos. Se implementada, a medida representaria um endurecimento na política de embargos e sanções impostas há anos contra os iranianos, e teria efeito não apenas na economia nacional de seu inimigo direto, mas na principal potência rival, a China, para a qual os iranianos exportam entre 80% e 90% de todo seu petróleo.

No mesmo dia em que Trump anunciou

o bloqueio naval ao Irã, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Guo Jiankun, defendeu a manutenção de um estreito “seguro, estável e desimpedido”, nos termos do direito internacional. A China tem apoiado o Paquistão em seus esforços para mediar uma saída pacífica para a guerra, até aqui sem sucesso. Na última rodada de conversações, na segunda-feira 13, em Islamabad, norte-americanos e iranianos saíram de mãos abanando.

O desespero de Trump com o atoleiro em que parece ter se metido no Oriente Médio fez com que ele abrisse novas frentes de batalhas retóricas de grande repercussão. A mais recente foi com o papa Leão XIV. O pontífice tem feito seguidas declarações contra a guerra e contra aqueles que a movem. Embora as críticas estejam no *script* que se espera de alguém nessa função, Trump reagiu com pesadas truculência e ironia em relação ao pontífice. Em suas redes, o presidente norte-americano chegou a publicar uma imagem gerada por Inteligência Artificial, na qual ele aparece como Jesus Cristo, de túnica, a ungir um enfermo. Após críticas da base, voltou atrás, dizendo que a intenção era emular a imagem de um enfermeiro da Cruz Vermelha. ●

Na mão grande

EUA Com a popularidade em queda e riscos eleitorais, Donald Trump tenta dificultar o voto de imigrantes e pobres

POR CLARISSA CARVALHAES, DE NOVA YORK

Depois de tentar restringir a cidadania por nascimento, o presidente Donald Trump seguiu adiante com mais um passo na cruzada contra os direitos de imigrantes nos Estados Unidos. Em 31 de março, ao assinar a ordem executiva 14.399, que cria uma base nacional de “verificação de cidadania” para todas as eleições federais, o republicano abriu espaço para uma “purificação” em massa dos registros eleitorais que pode atingir justamente quem mais teve de se provar norte-americano, os cidadãos naturalizados e eleitores latinos.

Sob o argumento de impedir o voto de não cidadãos, a Casa Branca pretende com a medida centralizar em Washington o poder de orientar estados e condados sobre quem pode ou não continuar nas listas, a partir do cruzamento de bancos de dados marcados por erros e desatualizações. Na prática, especialistas e organizações de direitos civis alertam para um sistema de verificação pouco transparente, burocracia e desconfiança institucional, o que tende a transformar imigrantes, inclusive brasileiros com cidadania ou residência permanente, em alvo preferencial de uma máquina de exclusão silenciosa, cujo efeito só ficará claro quando milhares de eleitores descobrirem diante da urna que foram apagados do sistema.

Não é a primeira vez que Trump tenta essa manobra. No ano passado, o governo havia testado uma versão dessa ofensiva, mas sofreu um revés quando a juíza federal Collen Kollar-Kotelly bloqueou partes de uma ordem que tentava exigir prova individual de cidadania no formulário federal de registro de eleitores. A magistrada considerou que a solicitação da Casa Branca ultrapassava os limites do poder presidencial e interferia em competências que a Constituição reserva ao Congresso e aos estados na definição das regras eleitorais.

Um ano depois, o governo está de volta, porém, ao mesmo terreno, mas com outra engenharia jurídica. Em vez de mexer diretamente no formulário ou impor um documento específico para cada eleitor, a nova ordem manda o Executivo compilar, a partir de grandes bancos de dados federais, uma lista nacional de cidadãos que seria enviada aos estados como ferramenta “técnica” de verificação e limpeza de cadastros. Um modelo que se articula

Mudar as regras é uma maneira de evitar a derrota nas eleições de novembro

com o Projeto de Lei SAVE America Act, aprovado na Câmara e à espera de análise no Senado, sob forte resistência do Partido Democrata. E exige prova documental de cidadania e identidade com foto para votar. O SAVE é descrito por grupos de direitos civis como um dos ataques mais insidiosos à democracia norte-americana em décadas, por ameaçar o direito de milhões de eleitores elegíveis, sobretudo pobres e minorias.

Trump admitiu que o SAVE tem poucas chances de aprovação no Senado, mas o ponto central não é tanto se ele será aprovado, mas por que o presidente e seus aliados insistem em um projeto que trata como “solução” um problema inexistente. A resposta é simples. Em ano eleitoral, medidas que perturbam o ambiente político servem não apenas para alimentar suspeitas infundadas a respeito de fraude eleitoral e preparar o terreno para contestação nas urnas, mas para fomentar um regime de suspeita permanente sobre naturalizados, latinos e outros grupos que historicamente enfrentam barreiras nas urnas.

Para André Pagliarini, professor de história e estudos internacionais na Universidade Estadual da Louisiana, a ofensiva reabre uma velha fissura no centro da política norte-americana. “Esse debate remete a uma questão fundamental que tende a dividir a direita e a esquerda, Republicanos e Democratas, no cenário dos Estados Unidos: votar é um privilégio ou um direito? Se um direito, o Estado tem a obrigação de fazer tudo para facilitar o uso do voto, mas, se for um privilégio, então cabe ao possível eleitor se autoqualificar, o que muitas vezes pode significar até um certo esforço por sua parte.”

Historicamente, lembra Pagliarini, quem tinha mais renda e escolaridade conseguia atravessar esse labirinto burocrático com menos perdas, e isso alimentou, por décadas, uma vantagem es-



O republicano mantém o trabalho de destruição da democracia

trutural republicana. “No passado, eleitores com mais educação formal e condições financeiras, votavam majoritariamente no Partido Republicano.” Nesse sentido, a nova base nacional de “verificação de cidadania” insere-se nessa tradição, agora travestida de checagem tecnológica e cruzamento de bases de dados, mas com o mesmo efeito de empurrar para fora do sistema quem tem menos capital econômico e documentos.

Os democratas reagiram em duas frentes. O senador da Califórnia Alex Padilla prometeu que seus aliados estão “preparados para garantir que o SAVE America Act tenha a morte que merece”. Fora do Capitólio, parlamentares democratas e organizações jurídicas de direitos civis acionaram a Justiça Federal para tentar barrar a ordem executiva de “verificação de cidadania” sob o argumento de que “o presidente viola a Constituição ao

usurpar competências dos estados, ameaça cancelar o registro de eleitores elegíveis em larga escala e usa a máquina federal para intimidar quem organiza o voto pelo correio”. Para o professor, a maior preocupação está, no entanto, no futuro. Será fundamental um avanço em reformas democráticas que desfaçam as tentativas de manipulação institucional promovidas por Trump em praticamente todos os níveis.

Mas o cálculo político da Casa Branca pode sair pela culatra, pois parece desconsiderar que o trumpismo redefiniu o perfil do Partido Republicano. “A coalizão republicana hoje inclui muitos eleitores com menor renda e escolaridade, justamente os mais propensos a enfrentar obstáculos burocráticos para votar”, aponta Pagliarini. “Ao insistir em regras mais rígidas em nome da ‘integridade eleitoral’, Trump parece não perceber que es-

sas medidas podem atingir também a sua própria base.” Não por acaso, há um desconforto no partido. “Não é inconcebível que aquilo que era uma estratégia para favorecer a legenda possa agora produzir o efeito inverso, dificultando a participação de eleitores que viraram sua base.”

Ao longo do segundo mandato, Trump faz da ofensiva contra imigrantes o eixo mais estável do governo. A criação de uma base nacional de “verificação de cidadania” chega em um momento no qual o presidente perde terreno nas pesquisas em temas como economia, custo de vida e guerra. Ao amarrar essa base de dados ao SAVE America Act e a outras iniciativas de restrição ao voto, o magnata mostra estar disposto a redefinir o direito de voto para tentar garantir a própria sobrevivência política, ainda que o movimento implique, na prática, demolir as mais básicas garantias democráticas. ●

Falta ambição

MEIO AMBIENTE O Brasil deveria apoiar metas mais audaciosas em pacto global pela redução da poluição por plásticos

POR RUBENS HARRY BORN E ZULEICA NYCZ*

A Organização das Nações Unidas tem divulgado, nos últimos anos, numerosos estudos sobre três graves crises ambientais: as mudanças climáticas, a perda e degradação da biodiversidade e as diferentes formas de poluição. Essas crises têm causas comuns, associadas aos padrões de produção e consumo predominantes em diversos países. Nesse contexto, a poluição por plásticos, que atinge oceanos e ecossistemas terrestres, é amplamente retratada em jornais e nas redes sociais.

A produção mundial de plásticos, de cerca de 2 milhões de toneladas em 1950, saltou para 368 milhões em 2019 e ultrapassou 400 milhões em 2022. Mantida a tendência atual, esse volume pode dobrar nas próximas duas décadas, enquanto a indústria global segue investindo bilhões na expansão da produção, inclusive com subsídios e desonerações tributárias.

O Brasil está entre os maiores produtores mundiais, com cerca de 7 milhões de toneladas em 2023, ao mesmo tempo que gera, aproximadamente, 11 milhões de toneladas de resíduos plásticos por ano. Nesse cenário, em torno de 99% dos plásticos são produzidos a partir de combustíveis fósseis, o que intensifica a poluição e as emissões de gases de efeito estufa ao longo de toda a cadeia produtiva. Políticas de incentivo à expansão da produ-

ção, nesse contexto, enfraquecem os esforços globais de enfrentamento da crise.

Além disso, milhares de substâncias químicas já foram identificadas nos plásticos, entre aditivos, auxiliares de processamento e impurezas. Relatórios apontam entre 13 mil e 16 mil substâncias, das quais perto de 26% oferecem riscos relevantes à saúde e ao meio ambiente. Mais de 400 podem estar presentes em um único tipo de plástico, inclusive em materiais em contato com alimentos. No Brasil, a regulação ainda é limitada, o que reduz o conhecimento sobre seus impactos. Destacam-se compostos como bisfenóis e ftalatos, disruptores endócrinos presentes em embalagens, utensílios, cosméticos, roupas e brinquedos, com efeitos potenciais sobre os sistemas reprodutivo, nervoso e cardiovascular.

Essas substâncias são liberadas ao longo de todo o ciclo de vida do plástico.

O produto derivado de petróleo contribui para as emissões de gases do efeito estufa e libera substâncias tóxicas em todo o seu ciclo de vida



Poucos tipos são efetivamente recicláveis e o próprio processo de reciclagem pode liberar microplásticos e contaminantes, que acabam reincorporados aos materiais reciclados em um ciclo contínuo de contaminação química. A incineração, por sua vez, também não é considerada segura, devido à emissão de poluentes e gases de efeito estufa.

Em 2025, a Comissão Nacional de Segurança Química (Conasq), vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, realizou um levantamento sobre substâncias químicas presentes em plásticos no Brasil, apontando a falta de transparência sobre insumos usados pela indústria petroquímica. O estudo também evidenciou que poucas substâncias são efetivamente reguladas, de forma restrita a alguns produtos do mercado.

Como ainda não é possível garantir a gestão segura dos resíduos, a produção global de plásticos deve ser substancial-



mente reduzida para níveis compatíveis com a proteção da saúde e do meio ambiente, sobretudo diante do crescimento exponencial da produção e dos resíduos.

Para enfrentar esse desafio, a Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente aprovou, em 2022, a Resolução 5/14, que iniciou a negociação de um tratado global juridicamente vinculante. Foi criado o Comitê Intergovernamental de Negociação (INC), responsável por elaborar um instrumento baseado em abordagem de ciclo de vida do plástico, incluindo produção, design e descarte. Já foram realizadas diversas rodadas, com a quinta sessão dividida entre Busan, na Coreia do Sul, (INC-5.1), em 2024, e Genebra, na Suíça (INC-5.2), em 2025. A falta de consenso entre países produtores de petróleo e defensores de um tratado mais ambicioso levou à suspensão do processo no segundo semestre de 2025. Em 2026, foi eleito novo presidente do Co-

mitê o diplomata chileno Julio Cordano.

Espera-se que a retomada das negociações resulte em um texto mais efetivo, uma vez que o atual, consolidado em Busan, apresenta baixa ambição para enfrentar a poluição com base no princípio da precaução e em evidências científicas. Sem maior ambição, não será possível conter a emissão de microplásticos e a expansão da contaminação química em escala global. Nesse contexto, ganha relevância a proposta do Panamá, que estabelece a obrigação de metas para redução da produção de polímeros plásticos primários.

O Brasil, por sua vez, precisa apoiar essa agenda mais ambiciosa, coerente com sua liderança ambiental global. No plano interno, pode avançar em políticas industriais alinhadas à redução de emissões de gases de efeito estufa e aos compromissos internacionais já assumidos, como a Convenção de Estocolmo, a Con-

Pegada ambiental. Em 2022, a produção mundial ultrapassou a marca de 400 milhões de toneladas

venção da Basileia e o Global Framework on Chemicals (GFC), que tratam da contaminação química e da proteção da saúde e do meio ambiente.

Para enfrentar a poluição por plásticos, é urgente que o País apoie metas vinculantes no tratado multilateral, com foco na redução da produção de plástico primário e na eliminação progressiva da poluição na origem. No seu Mapa do Caminho para redução da dependência de combustíveis fósseis, esse elemento também deve ser incorporado, com incentivo a alternativas sustentáveis, investimento em novas tecnologias e melhora da gestão de resíduos. Essa transição deve estar alinhada a uma transformação industrial baseada em inovação, novos modelos de design e consumo sustentável.

Por fim, é necessário ampliar o conhecimento público sobre os riscos socioambientais e de saúde associados à poluição por plásticos. Espera-se que a posição brasileira nas negociações incorpore plenamente os princípios da precaução e da prevenção, considerando todo o ciclo de vida e a cadeia produtiva do plástico, tanto no *downstream* (gestão de impactos durante e após o uso) quanto no *upstream* (produção de insumos, produtos e possíveis substitutos), em seus diversos objetivos e instrumentos. •

**Rubens Harry Born é advogado e engenheiro civil, com especialização em meio ambiente e pós-graduação em saúde ambiental. Foi representante da Fundação Esquel Brasil na Comissão Nacional de Segurança Química (Conasq) de março de 2024 a março de 2026. Zuleica Nycz é coordenadora de Segurança Química e Saúde Ambiental da Associação Toxisphera e representante da sociedade civil na Conasq.*

Onde está o foco?

COMPORTAMENTO A dificuldade de parte da plateia manter-se atenta ao palco ou à tela de cinema inquieta alguns artistas

POR EDUARDO MAGOSSÍ

Uma marmita de carne com mandioca aberta no meio de uma sessão de cinema. O brilho de um *smartphone* na cara de um ator no palco.

Um pacote de salgadinhos estourando durante a canção interpretada ao vivo em um musical. Falta de noção ou novos hábitos?

O comportamento individual em salas de espetáculo, teatros e cinemas – espaços voltados à experiência coletiva – tornou-se um assunto recorrente. E, para atores, cantores, psicanalistas e gestores culturais, em certa medida, preocupante.

Antônio Fagundes faz, no sábado 18, o primeiro ensaio aberto de *Sete Minutos*. A peça, que estreia em maio no Teatro Cultura Artística, problematiza a relação entre artistas e plateia. O texto, de sua autoria, foi escrito e encenado pela primeira vez em 2002. Tinha algo de premonitório.

Naquela época, a presença dos celulares em nossas vidas era mais amena. Mas o ator já notava seus efeitos. “Os sete minutos do título se referem ao tempo que um espectador conseguiria manter o foco. Hoje, esse tempo caiu para sete segundos, o necessário para se rolar a tela do celular”, diz ele a *CartaCapital*.

O que levou Fagundes a escrever a peça foi a mesma constatação que o leva a reenencená-la: a percepção de que algumas pessoas estão se perdendo na falta de foco. “O fato de elas irem ao teatro não signifi-

ca que saiam de lá com alguma coisa. E isso sempre me preocupou”, afirma o ator.

A peça é uma comédia sobre as agruras de um ator que está apresentando *Macbeth*, de Shakespeare, e, ao ter de lidar com o barulho vindo da plateia, decide abandonar o palco, levando o caos aos bastidores.

“Querida dar um toque para essas pessoas sobre as coisas que elas estavam perdendo, das possibilidades de entendimento que estavam deixando para trás. Com isso, esperava que elas saíssem modificadas do teatro”, diz. Duas décadas atrás, a peça foi apresentada para mais de 300 mil pessoas no Brasil e excursionou para Portugal. “A peça é um chamado bem-humorado e carinhoso para que as pessoas percebam o quanto elas estão perdendo da própria vida. Porque a invasão do celular também acontece fora do teatro.”

Ao fim de *Sete Minutos* será realizado

“Quando a indiferença ou o ruído passam a ser tolerados, eles rapidamente se normalizam”, diz o psicanalista Luiz Nogueira

um bate-papo com o público – o ator acredita ser também seu papel contribuir para a formação das plateias. Como é praxe em suas peças, a entrada após o início do espetáculo é proibida. “Temos que respeitar as pessoas que chegaram no horário. O teatro é o último resquício de humanidade que a gente tem, onde existe o contato presencial, e precisamos preservar isso.”

O que o personagem de Fagundes passa, a atriz e cantora Alessandra Maestrini viveu na pele. Recentemente, o barulho a levou a interromper uma apresentação do musical *Yentl*.

Realizado no Sesc Pompeia, em São Paulo, o espetáculo tem músicas delicadas – tiradas do filme homônimo dirigido por Barbra Streisand nos anos 1980 – e, a certa altura, Alessandra precisou pedir que um espectador parasse de comer e amassar o pacote de salgadinhos.

“É uma questão importante de ser discutida porque atrapalha não só o artista, mas o público que sai de casa para ir ao teatro buscando uma experiência de *religare*”, diz a cantora, usando o termo em latim que remete tanto a religião quanto a “unir novamente”.

Alessandra Maestrini define o teatro como um templo, um local de conexão, como são as igrejas, as mesquitas e as sinagogas. “Eu não acredito que as pessoas atendam o telefone nesses locais de conexão. No teatro, estou fazendo o público aces-



sar seu momento presente, sua criatividade, que é o que existe de mais humano.”

Os atores Eduardo Moscovis e Mateus Solano também tiveram problemas com o público recentemente. Não se trata apenas do brilho dos *smartphones* atrapalhando os atores e o público, mas do descumprimento de uma regra básica: a proibição de se filmar o palco e de falar ao telefone durante um espetáculo.

No fim de março, durante a apresentação do monólogo *O Motociclista no Globo da Morte*, no Teatro Vivo, em São Paulo, Moscovis pediu que um espectador que estava falando ao celular desligasse o telefone ou se retirasse do recinto.

Solano também se sentiu importunado por uma pessoa que o filmava na boca de cena do palco, com o celular próximo de seu rosto, durante apresentação da peça *O Figurante*, em Santa Rosa, Rio Grande do Sul. Ele afastou o celular com um tapa.

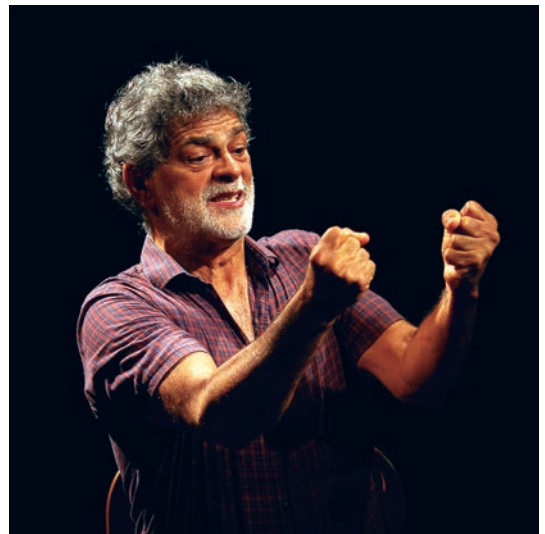
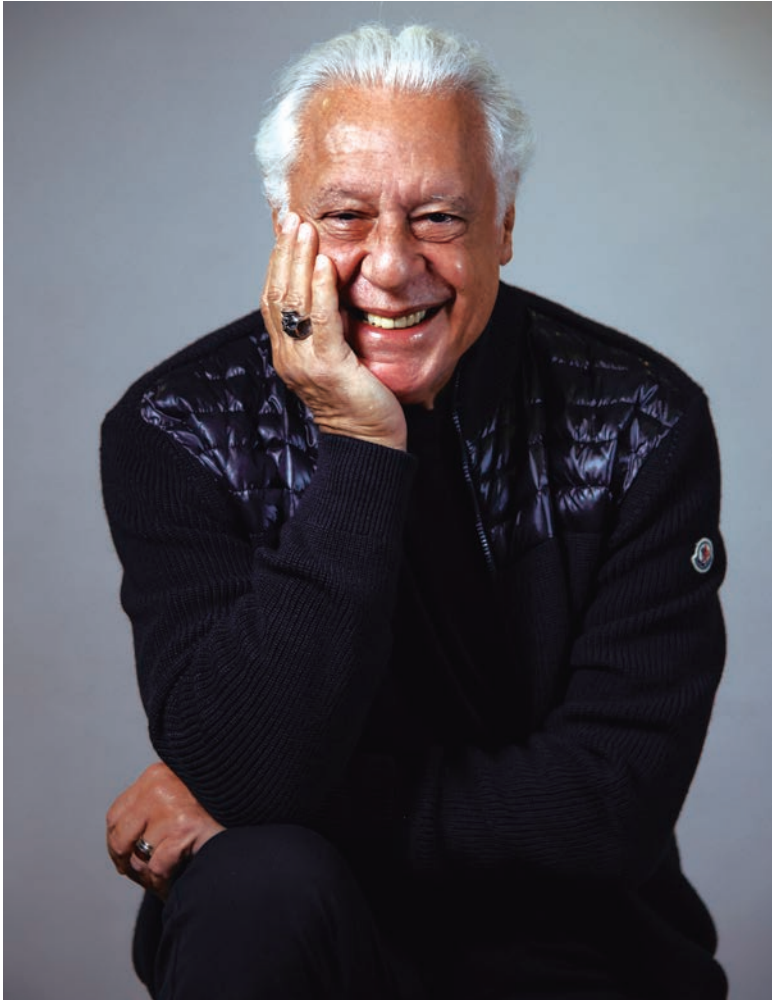
Na semana passada, no Reino Unido, a atriz britânica Lesley Manville afirmou, em entrevista à rede BBC, que filmar ou tirar fotos de atores durante as peças de teatro é um “insulto”.

Segundo ela, as pessoas precisam deixar as redes digitais em seus bolsos mesmo depois dos aplausos da plateia. “Parece que todos querem ter uma foto para provar que estiveram ali. É teatro, vamos preservá-lo”, disse ela, que estrela a montagem de *Ligações Perigosas* no National Theatre, em Londres.

Luciana Gabardo, gerente de Parcerias e Novos Negócios do Theatro Municipal de São Paulo, conta que a equipe já entendeu ser impossível evitar que as pessoas entrem com o celular em uma sala de concerto. Para garantir o conforto de todos, a casa criou protocolos.

“Exibimos um vídeo antes do início do espetáculo avisando o público que é preciso desligar os celulares e que, caso alguém esteja usando o aparelho com in-





sistência, a equipe apontará canetas a laser para as telas”, explica Luciana. “Também é proibida a entrada de alimentos.” Ela diz, porém, que poucas vezes há problemas desse tipo no Municipal.

O portal Infoteatro – criado para divulgar e democratizar as artes cênicas – e que debuta na produção com *Sete Minutos*, divulgou na semana passada uma pesquisa realizada com usuários das redes sociais com a pergunta: “O que mais te incomoda quando você vai ao teatro?”

As respostas foram, obviamente, as mais variadas: “A pessoa roendo amen-dóim”; “Gente que pega o celular para mandar mensagem no Instagram quando a peça está rolando”; “Gente cochichando ao lado, amassando embalagem de ba-

Barulho. Fagundes reestrea *Sete Minutos*, peça de 2002 que brinca com a desatenção. Alessandra Maestrini ouviu, do palco, um pacote de salgadinho estourar e Eduardo Moscovis, um espectador falar ao telefone

la”; ou “Outro dia tive que pedir para uma pessoa desligar o jogo de futebol que estava mais alto que o ator no palco”.

O problema também existe nos cinemas. A jornalista Marinete Veloso se surpreendeu durante uma sessão no Espaço Petrobras de Cinema, em São Paulo, quando um espectador tirou da mochila uma marmita com carne e mandioca. “As pessoas estão perdendo a no-

ção da diferença entre um lugar público e a sala de sua casa”, afirma ela.

Adhemar Oliveira, dono da rede, diz já ter registrado casos de irritação de público com celulares ou conversas, mas não com comida. “Mesmo porque não posso proibir a entrada de comidas na sala”, explica.

Embora saibamos que o uso de celular no cinema reflete a mudança no modo de vida trazida pela conectividade, Oliveira

reflete: “As redes, a comunicação e os vídeos de curta duração em formato vertical levam as pessoas a focar em duas ou três telas ao mesmo tempo. Mas, quando você vai ao cinema, você está se recolhendo, então seria um exercício saudável distanciar-se do celular”.

O dono do cinema nota também que, quando o uso do celular atrapalha a sessão, é comum que os demais espectadores presentes ajudem a coibir a prática. “Mas, se for o caso, vamos trazer de volta o lanterninha”, diz.

Autor do recém-lançado *Públicos em Emergência*, que trata da democratização cultural nas artes visuais, o assessor socio-cultural do Sesc São Paulo Diogo de Moraes Silva lembra que, com as redes sociais, passamos a ter a nossa subjetividade e o nosso sistema perceptivo estruturalmente alterados pela lógica do algoritmo e pelo imediatismo no consumo de informações.

“Nesta era da economia da atenção, as pessoas já têm dificuldade de dedicar sua concentração a um único objeto”, diz Silva. Para o autor, vivemos um colapso de contextos, e isso torna a concentração volátil e implica a subjetividade. “Quando

“Vivemos um colapso de contextos, e isso torna a concentração volátil, diz o pesquisador Diogo Silva, do Sesc

você posta uma imagem e eu, em outro lugar, a consumo, cria-se uma dinâmica que gera, por exemplo, no teatro, um comportamento que se teria em casa.”

O psicanalista Luiz Nogueira aponta um componente psicossocial importante envolvido no hábito relacionado ao uso de celular: como demonstrou o psicólogo social norte-americano Elliot Aronson, o comportamento individual ajusta-se às normas percebidas pelo grupo.

“Quando a indiferença ou o ruído passam a ser tolerados, rapidamente se normalizam”, diz Nogueira. “O desrespeito deixa de ser exceção e converte-se em padrão. Não é a emoção que irrompe; é o descaso que se instala.”

Uma pergunta incontornável é o quanto há de elitismo e nostalgia na busca por um certo tipo de plateia. O psicanalista pondera que o incômodo não deriva do desejo por um silêncio absoluto – até porque o teatro sempre foi um lugar vivo e, por vezes, barulhento. O problema, para ele, mora em outro lugar: “Não se trata de exaltação, mas de distração”.

O psicanalista avalia que assistir a um espetáculo implica aceitar que, durante aquele tempo, sua vontade de rolar o dedo pela tela do celular ou de postar instantaneamente sua experiência será subordinada ao direito do outro – seja o artista, seja o público ao lado – de viver aquele momento sem intervenções.

“Esse pacto não é apenas disciplinar, ou seja, ele não se reduz a desligar o celular ou evitar conversas paralelas. Ele funda a própria possibilidade da experiência estética enquanto experiência compartilhada. Quando a plateia rompe esse pacto, não se trata apenas de incômodo. Trata-se de uma crise da experiência comum”, afirma.

Como diz Nogueira, a pergunta, no fim, não é sobre formas de se impor o silêncio, mas sim: ainda desejamos o silêncio como forma de partilha? •



Em Londres. Para Lesley Manville, em cartaz no National Theatre com *Ligações Perigosas*, filmar os atores em cena é um “insulto”

Sem costear o alambrado

MEMÓRIA A transcrição de um depoimento inédito é a joia do material reunido pela neta do político que nunca mudou de lado

"Amanhã teremos visita presidencial. O governador está convidado e integra a comitiva", diz o comunicado encaminhado, em dezembro de 1986, por Leonel Brizola, então titular do Palácio Guanabara, ao vice Darcy Ribeiro.

Já no fim do seu primeiro mandato – seria eleito novamente em 1990 – Brizola pedia ao antropólogo que fizesse em seu lugar as honras de anfitrião ao então presidente da República, José Sarney, um declarado desafeto: “Continuo pensando que ‘nosso’ presidente não merece as nossas considerações e hospitalidade. Foi em relação a nós um inimigo implacável, além de ter se mostrado frio e indiferente ao sonegar os recursos que pertencem à população”, dizia Brizola, horas antes de embarcar para o Uruguai, acrescentando que esperava deixar “bem claro”, com sua ausência, os “sentimentos” que nutria por Sarney.

Peça de grande valor histórico e leitura saborosa, o ofício de Brizola a Darcy é um dos documentos inéditos publicados em *Leonel Brizola Por Ele Mesmo*, organizado pela neta do político, a ex-deputada Juliana Brizola, em parceria com a jornalista Rejane Guerra.

Os documentos são a cereja no bolo que tem como principal ingrediente a trans-

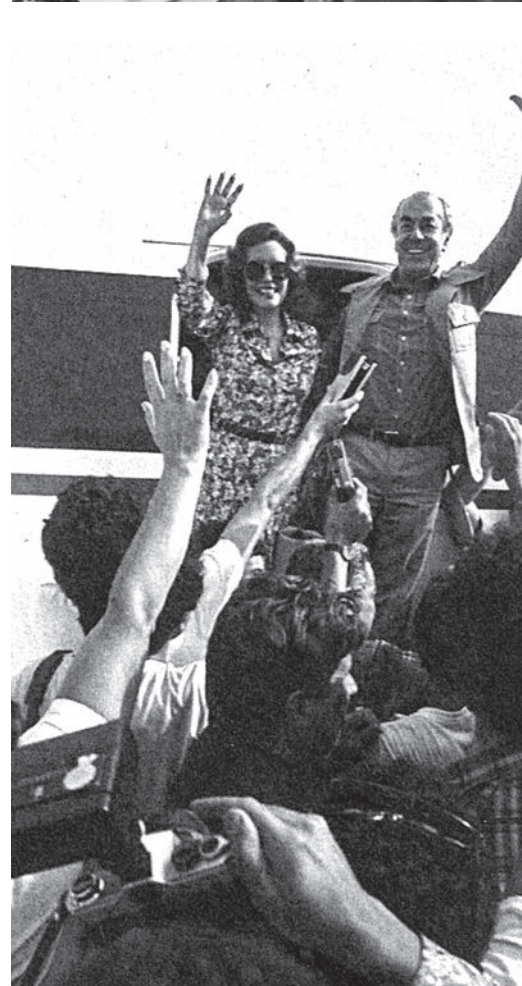
crição completa de um depoimento inédito dado por Brizola, em abril de 1996, a historiadores e jornalistas amigos.

A publicação traz também um *QR-Code* que dá acesso ao áudio da entrevista. Realizada em sua cidade natal, Carazinho (RS), a conversa de quatro horas mostra o político gaúcho emocionado ao falar das lembranças de infância e dos muitos obstáculos que enfrentou em Porto Alegre – onde chegou a morar nas



**LEONEL BRIZOLA
POR ELE MESMO**

Juliana Brizola e Rejane Guerra (orgs.).
Insular (208 págs., 70 reais)





Álbum. O livro traz imagens guardadas pela família e pelo PDT, como as fotos do político no exílio uruguaio, na campanha presidencial, em BH, e na volta do exílio

ruas e trabalhou como engraxate, carregador de malas, ascensorista e jardineiro.

“Eu ia distribuindo carne, levava aqueles ganchos”, diz ele, num trecho. “De manhã, ao sair para as entregas, invejava as crianças de classe média que estudavam num internato.”

O livro, nas palavras de Juliana, é para quem quiser conhecer a história de Leonel Brizola “através de suas lembranças da infância sem sapatos até os seis anos, do início do trabalho infantil aos nove e dos imensos obstáculos que enfrentou durante toda a juventude para poder estudar”.

Órfão de pai, camponês assassinado na Revolução de 1923, Brizola foi alfabetizado pela mãe. “Durante quase um ano morou nas ruas em Porto Alegre, nas piores condições. Graduiu-se em Engenharia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1950 e, cinco anos depois seria eleito prefeito da capital gaúcha”, acrescenta a autora.

Responsável pela pesquisa que levou

aos documentos inéditos, Rejane Guerra afirma ter sido gratificante conhecer o lado íntimo de Brizola neste depoimento concedido há 30 anos, cuja transcrição Juliana recebeu em 2024, das mãos de um amigo do avô. “Me encantei com a leitura e me transporte para os Pampas. A infância de Brizola parece um romance do Erico Veríssimo”, diz Rejane. Após o recebimento da transcrição, a jornalista foi atrás do paradeiro das fitas. “Procurei a Câmara de Carazinho, contatei autoridades e amigos de família em busca de informação e fotos inéditas”, conta.

Algumas imagens agora publicadas pertencem ao álbum de família de Brizola e trazem, por exemplo, um momento de descontração no dia de seu casamento com Neusa Goulart. Na foto, tirada em 1950 na casa de Neusa, está o padrinho de casamento, Getúlio Vargas, que interrompeu a campanha que o levaria de volta à Presidência da República para ir à cerimônia. Também aparecem na imagem a sogra de Brizola, Vicentina Goulart, seu cunhado João Goulart, que também viria a ser presidente, e sua mãe, dona Onívia.

Entre os documentos de grande valor histórico revelados pelo livro, se des-

taca também uma solicitação de passaporte feita por Brizola ao Consulado do Brasil em Nova York, logo após a anistia, em agosto de 1979. Cassado pela ditadura, o político, que se elegeria governador do Rio três anos depois, pede que qualquer novidade seja encaminhada ao Hotel Roosevelt, onde estava hospedado com a família.

Outro, este de novembro de 1969, é um ofício do Tribunal Penal Militar no qual o general responsável afirma ter “a honra de comunicar” ao conjunto do Exército que Brizola havia sido “julgado e condenado por unanimidade à pena de três anos de reclusão”.

Brizola finaliza seu depoimento com uma reflexão: “Na vida pública não pode haver duplicidade de posição. Eu elegi o meu lado, não vou sair dele, posso dizer a vocês. Eu vou até o fim, já escolhi o meu lado e estou absolutamente certo que este é o lado do povo brasileiro”. Para Juliana, é fundamental manter vivo o legado do avô: “O que esse livro quer resgatar, através do exemplo de vida de Leonel Brizola, é que é possível exercer a boa política e servir ao povo brasileiro. Foi o que ele fez até sair de cena.” •

— por Maurício Thuswohl

Diálogo estético

ARTE A EXPOSIÇÃO EM LISBOA DE PAULA REGO E ADRIANA VAREJÃO É VERTIDA EM LIVRO

Foi em uma retrospectiva da artista portuguesa Paula Rego, organizada na Pinacoteca do Estado de São Paulo em 2011, que a brasileira Adriana Varejão percebeu haver, entre suas narrativas visuais, um encontro significativo.

Seis anos depois, as obras de ambas foram colocadas lado a lado pela Galeria Fortes D'Aloia & Gabriel, no Rio de Janeiro.

A experiência alimentou nelas a vontade de aprofundar esse diálogo, que se materializou apenas após a morte de Paula, na exposição *Paula Rego e Adriana Varejão: Entre os Vossos Dentes*, apresentada no Centro de Arte Moderna Gulbenkian, em Lisboa, em 2025.

A **exposição**, que reuniu tanto trabalhos emblemáticos quanto obras menos conhecidas das duas artistas, comprovou aquilo que Adriana intuiu há 15 anos.

Agora, para o público brasileiro, *Paula Rego e Adriana Varejão: Entre os Vossos Dentes* chega em forma de livro (Cobogó e Lenz, 152 págs., 168 reais).

O volume segue a organização utilizada no espaço cultural lisboeta e, além de trazer imagens, como um catálogo, inclui o registro de um diálogo entre Adriana e Paula e outro entre Adriana e os curadores, além de textos analíticos.

Paula nasceu 29 anos antes de Adriana, em Portugal, durante a ditadura de António Salazar. Nos anos 1950, estudou na prestigiosa Slade School of Art, em Londres.

Adriana nasceu no Rio de Janeiro, tam-



Obras. Noiva (1994), da portuguesa Paula Rego (acima); o tríptico *Parede com Incisões a la Fontana* (2002), da brasileira Adriana Varejão (ao lado); e o livro sobre as duas



bém sob a ditadura. Sua formação se deu na Escola de Artes Visuais do Parque Lage.

Como observa Raphael Fonseca em um dos textos, a exposição estabeleceu “uma conversa temporária no mesmo espaço arquitetônico entre duas artistas mulheres que tiveram (...) suas juventudes atravessadas por regimes ditatoriais”.

Não é, portanto, por acaso que, embora por caminhos estéticos distintos, ambas representem, em suas criações, diferentes tempos históricos e retratem, de forma entrelaçada, a violência e o prazer. •

– por Ana Paula Sousa

ELNARA NEGRI

Livre-docente pela Faculdade de Medicina da USP e pneumologista do Núcleo Avançado de Tórax do Hospital Sírio-Libanês



A utopia possível

► Um hospital de Cingapura, parecido com um parque, retoma a concepção de Epicuro, segundo a qual o contato com a natureza age como remédio

E se um hospital fosse agente ativo da sua cura apenas por colocá-lo imerso na natureza? O contato com a natureza ajudando na recuperação dos enfermos é estudado há milênios. Há indícios dessa prática em pinturas rupestres de milhares de anos.

A cura pela água em templos construídos e integrados nesse universo natural era comum na Grécia antiga. O templo de Esculápio, no Peloponeso, construído por volta de 380 a.C., declarado patrimônio da Unesco, é um exemplo dessa prática. Ainda na Grécia Antiga, Epicuro (341–270 a.C.) propunha a cura da alma e do corpo, cujo objetivo era alcançar a ataraxia (tranquilidade, ausência de medos) e a aponia (ausência de dor física).

Na concepção de Epicuro, o contato com a natureza e o entendimento de seu funcionamento agem como um remédio (*Phármakon*) que nos ajuda a entender que somos parte de um todo muito maior que os nossos medos e crenças. Recentemente, esses conhecimentos milenares têm sido revisitados e colocados em prática.

Em Cingapura, no Hospital Khoo Teck Puat, a CPG Consultants, empresa local de arquitetura e planejamento urbano, em parceria com a RMJM, uma reconhecida firma britânica, estão reinventando o conceito de “hospital”, tendo como foco

a saúde como um ecossistema vivo, integrando pacientes, profissionais de saúde e a comunidade local.

O ex-CEO Liak Teng Lit, um farmacêutico de formação, iniciou o projeto de transformação do hospital no ano 2000. O mote dessa transformação: o hospital deveria ser projetado de forma que “a pressão arterial de alguém diminua ao entrar no recinto hospitalar”.

O objetivo é ajudar os pacientes a esquecer a dor, mergulhando-os em um ambiente natural de cura e, paralelamente, criar um local revigorante, parecido com um parque, para os cuidadores e o público em geral. Concluído em 2010, o projeto inclui o plantio de árvores nativas e a distribuição de corredores em V para canalizar brisas refrescantes através da água e do verde.

Seu pátio, semelhante a uma floresta – cheio de jardins verticais em diversos níveis, e fontes de água por todos os lados – reduz o calor, fomenta a biodiversidade, atraindo borboletas e pássaros e criando um microclima agradável e autossustentável.

Sua arquitetura é regida pelos princípios da biofilia. O termo vem de estudos do psicanalista e filósofo alemão Erich Fromm (1900–1980) e foi, posteriormente, adotado como conceito pelo biólogo e ecologista Edward Osborne Wilson em seu livro *Biofiliae*. Para Wilson, todos os humanos, em virtude da herança filogenética, compartilham uma afinidade e uma codependência com o mundo natural.

Essa noção serviu para inspirar arquitetos a criar o “design biofílico”. Essa corrente de pensamento ganhou mais força na área da saúde com um estudo da década de 1980.

Nessa época, Roger Ulrich, professor

de Arquitetura no Centro de Pesquisa em Edifícios para a Saúde da Universidade de Tecnologia de Chalmers, na Suécia, publicou um estudo comparando pacientes que haviam passado por cirurgia para a retirada da vesícula, metade dos quais ficou em um quarto com vista para árvores, enquanto a outra metade ficou em um quarto com vista para uma parede de tijolos.

Ele constatou que aqueles expostos à vista de árvores precisavam de menos analgesia e tinham um tempo de internação menor. Essa descoberta despertou inúmeros estudos subsequentes. Em um deles, pacientes internados relatavam que a visão da natureza cria pensamentos e emoções positivas que apoiam um “senso de força e bem-estar pessoal” durante a doença, criando um sentimento de libertação em situações clínicas em que a liberdade é restrita.

O paisagismo do hospital de Cingapura busca garantir que pacientes e funcionários convivam em um ambiente calmo e revigorante. É importante lembrar que profissionais de saúde vivem boa parte de suas vidas dentro de hospitais. Poder transformar esses momentos de trabalho cheio de responsabilidade e estresse em momentos de paz é maravilhoso.

E o projeto não para por aí. Os paisagistas criaram uma fazenda em um dos terraços, com árvores frutíferas, vegetais e ervas. Administrada por voluntários do bairro próximo, a fazenda também se tornou uma fonte de produtos orgânicos para a cozinha do hospital.

Além disso, desde 2010, a vegetação exuberante e o ambiente bucólico do hospital o tornaram um local popular para os jovens em busca de espaços públicos tranquilos em meio ao caos da cidade. •

redacao@cartacapital.com.br

Um ferroviário sob a bruma da guerra

LIVRO *TRENS RIGOROSAMENTE VIGIADOS*, LANÇADO EM 1965 E SÓ RECENTEMENTE TRADUZIDO NO BRASIL, É UMA PEQUENA OBRA-PRIMA DA LITERATURA TCHECA

POR ANA PAULA SOUSA



TRENS RIGOROSAMENTE VIGIADOS

Bohumil Hrabal. Tradução: Luís Carlos Cabral. Editora 34 (128 págs., 57 reais)

Milos Hrabal, o narrador-protagonista de *Trens Rigorosamente Vigados*, é um jovem ferroviário cuja função é observar os comboios que cruzam a estação de uma pequena cidade na antiga Tchecoslováquia ocupada. O relato começa no “ano quarenta e cinco”, quando as tropas nazistas “já não controlavam o espaço em cima” da cabeça dos moradores.

Milos conta, de saída, que seu pai sabia fazer de tudo porque estava aposentado desde os 48 anos; que o avô era hipnotizador; e que ele próprio, aos 22 anos, cortou os pulsos “e foi como se não tivesse motivo para fazer isso”. Em comum com o pai e o avô, tinha o ofício: ferroviário do Estado.

Sua forma de narrar logo nos arrebatava.

Não porque Milos tenha ideias brilhantes ou viva grandes aventuras, mas porque de seu olhar ingênuo, estranhamente objetivo e involuntariamente cômico, emerge um mundo em desatino.

Os personagens do livro são o controlador e o inspetor de tráfego, o chefe da estação, o conselheiro, o aprendiz, a telegrafista e a comissária que namora Milos. O cotidiano desse grupo se divide entre as banalidades da rotina, os horários dos trens e o horror que paira no ar.

No cenário que eles habitam, comboios militares rigorosamente vigiados são explodidos por guerrilheiros. A certa altura, postado sobre a plataforma, o chefe da estação grita na direção de onde

vinham os estrondos e diz: “Não deviam ter declarado guerra ao mundo inteiro!”

Lançado em 1965, o romance – até 2025 inédito no Brasil – reflete a trajetória biográfica do autor. Bohumil Hrabal nasceu na região da Morávia, em 1914, às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Leitor voraz, chegou a cursar Direito, mas, com a ocupação alemã na Segunda Guerra Mundial, a faculdade foi fechada. Nesse momento, ele trabalhou como ferroviário, metalúrgico, empacotador e contrarregista de teatro.

A estreia na literatura deu-se quando estava perto dos 50 anos. A existência das pessoas comuns – com as quais conviveu a vida toda – seria para sempre a matéria de sua escrita, marcada por uma oralidade que transborda verdade e por um sentimento de absurdo.

Trens Rigorosamente Vigados foi adaptado para o cinema e ganhou o Oscar de Melhor Filme Estrangeiro em 1968. Nesse ano, a República Tcheca foi invadida pela União Soviética e Hrabal – assim como muitos outros autores – foi proibido de publicar suas obras. O impedimento estendeu-se por oito anos. Passado esse período, ele voltou a publicar e escreveu até morrer, em 1997, aos 82 anos. •

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos



Neymar na Copa?

► À medida que se aproxima a competição internacional, o craque vai dando mostras do seu amadurecimento

Alguns indícios e resultados esportivos trazem certa esperança em tempos tão atribulados pelo mundo.

Trata-se de boas iniciativas que comecem a produzir bons frutos.

Iniciando pelo nosso futebol, menciono a decisão acertada de prorrogar o contrato de Carlo Ancelotti pela nova direção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

O Botafogo seguiu o mesmo caminho, estendendo o contrato com o excelente treinador Artur Jorge menos de um mês depois de iniciado o anterior.

Essa é uma visão de longo prazo que contrasta com o mau hábito de trocar os técnicos assim que acontecem alguns percalços – algo bom para a farra de contratações de novos jogadores, mas ruim para a qualidade do trabalho.

Nada impede, obviamente, que haja movimentações no meio do caminho, mas passa a existir ao menos um projeto de médio e longo prazo.

Atualmente, essa função fica por conta dos diretores profissionais, mas contar com um técnico experiente e atualizado abre novas perspectivas para as vitórias e o sucesso exigidos pelos torcedores.

Ao mesmo tempo, vemos no cenário nacional uma grande confusão.

Certas SAFs, como a do Botafogo, surgem em anúncios que parecem mais um balcão de negócios do que um projeto esportivo.

Seguem ainda as confusões dos calendários, que implicaram mudanças de datas de clássicos importantes depois de jogos na altitude e disputas de vários campeonatos ao mesmo tempo.

Como o calendário é muito apertado, quando há necessidade de se cancelar algum jogo por uma questão climática ou de qualquer natureza, todos se veem sem saída.

E aí o que lhes resta é jogar com times mistos, ou até da base, e priorizar uma disputa ou outra – como está acontecendo com o Vasco e outros.

Curiosa é a situação do União Recreativa dos Trabalhadores (URT), de Patos de Minas (MG), que armou um bom time com a previsão de quatro meses de atividade e foi se classificando.



Defesa. “Estou dando a vida aqui”, disse

Como resolver a situação dos profissionais e acomodar os compromissos familiares e pessoais aos interesses dos parceiros e patrocinadores?

Essas situações que vivemos por aqui contrastam profundamente com o momento que se vive na Europa, com a chegada das fases finais da Champions League.

Os jogos, em ritmo acelerado, têm sido espetaculares.

Foi impressionante a atuação de Lamine Yamal, do Barça, tomando as iniciativas de jogo com total liberdade, embora a equipe tenha sido eliminada por um Paris Saint-Germain resiliente.

O treinador Diego Simeone, do Atlético de Madrid, está à frente do time há uma década; essa estabilidade é fundamental para manter a competitividade em alto nível.

Pela outra banda do melhor campeonato de futebol no mundo atual, o excepcional Ousmane Dembélé continua confirmando sua posição de destaque com uma efetividade marcante no PSG.

Seu comportamento de alta concentração e sua regularidade impressionam, mantendo um rendimento extraordinário.

À medida que se aproxima a Copa do Mundo, surge também a esperança em relação ao “caso Neymar”.

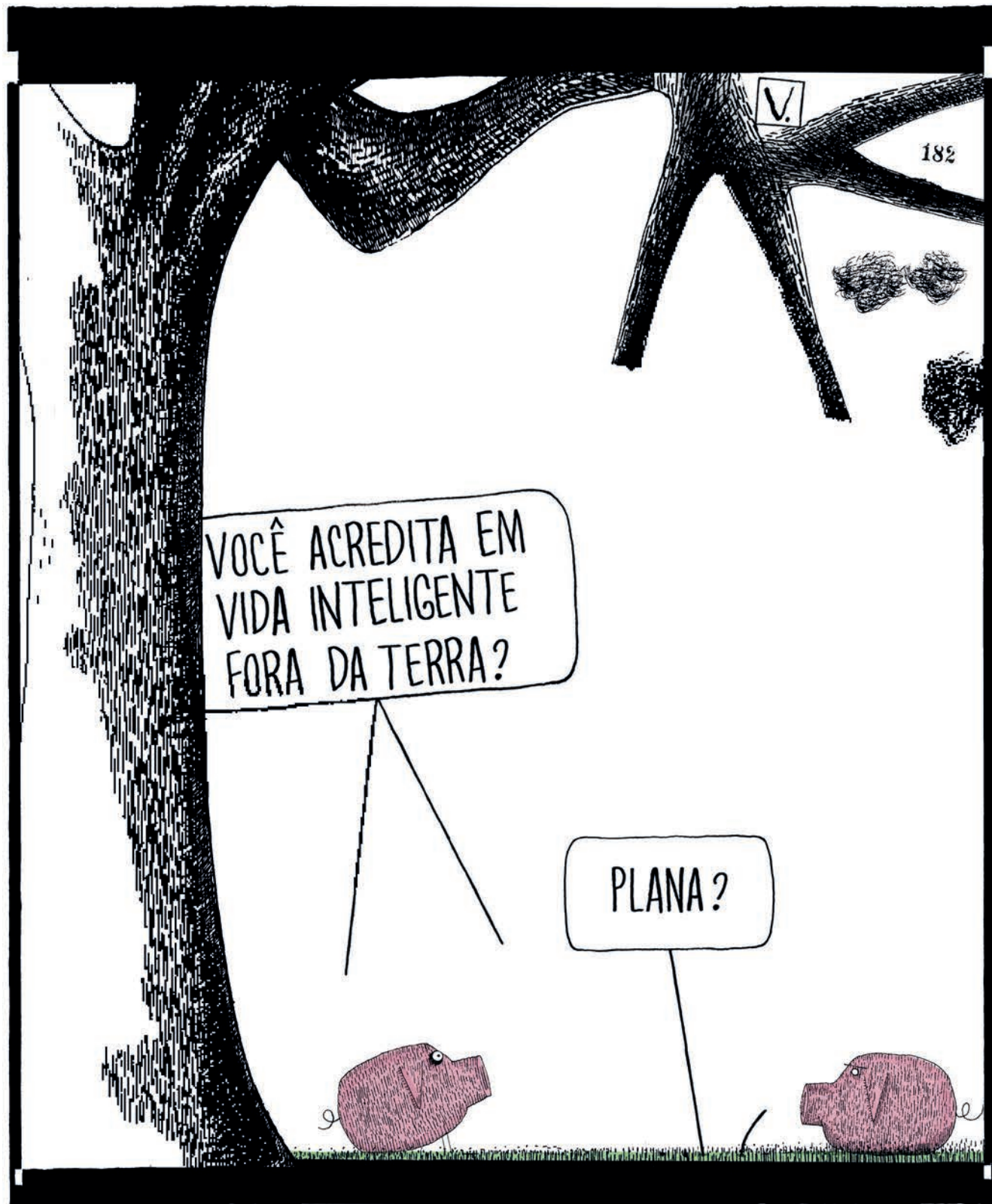
Em meio às discussões antagônicas, o craque vai dando mostras do seu amadurecimento, mesmo que pareça que quase todos o vejam ainda como o “Menino da Vila” que ele não é mais.

Ao mesmo tempo que reconhece com lucidez sua trajetória, ele se mostra firme em defesa de sua atuação pessoal e humana.

Neymar está correspondendo à altura.

Cobrado por alguns torcedores, respondeu: “Estou dando a vida aqui”. Vai se saindo bem do vulcão em que se meteu; agora é encontrar a tranquilidade necessária. •

redacao@cartacapital.com.br



As vezes você tem a sensação de que o mundo da tecnologia é ameaçador?



A gente tem um toque para você.

Todo dia o mundo muda. São novas tecnologias, serviços, produtos e palavras que passam a sensação de que estamos ficando para trás. Saber as novidades, usos e oportunidades de transformar tudo isso em bem-estar é o caminho para não se sentir assim. **ToqueTec** é a nova plataforma que trata tecnologia do ponto de vista dos benefícios para você. Sempre de maneira clara e simples, contando o que existe e o que ainda está surgindo.

Acesse **ToqueTec.com.br**. Tudo sobre tecnologia para o dia a dia em um só lugar.



PAPEL PLANTA ÁRVORES

Papel é feito exclusivamente de árvores cultivadas que sequestram carbono da atmosfera, ajudando a combater as mudanças climáticas!

Ótima notícia para os consumidores de comunicação impressa e embalagens de papel. Compartilhe e recicle!



lovepaper.org.br



twosides.org.br

A Campanha Love Paper é uma criação original de Two Sides. Descubra mais!